Docusign Envelope ID: 6F27DC8A-FE29-4CE2-8DA9-A9E5B8EE48C8

Esta edição foi publicada em nosso portal: odia.ig.com.br/balancos-e-editais Confira no QR-Code ao lado

AgeRio

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatuárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao ano de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. INTRODUÇÃO

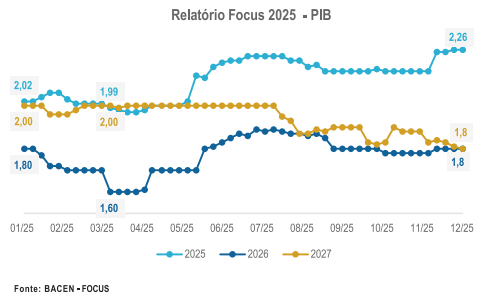
A AgeRio é uma instituição financeira não bancária regulada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e integrante da Administração Pública Indireta Estadual com personalidade jurídica de direito privado, sendo uma sociedade de economia mista de capital fechado com controle majoritário do Governo do Estado do Rio de Janeiro, estando vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) com autonomia administrativa e financeira (empresa estatal não dependente), conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

Em 2025, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento às demandas de apoio financeiro que visam a sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com os Setores Privado e Público, Investimentos em Participações e Prestação de Serviços.

Durante o ano de 2025, a AgeRio operou no financiamento de operações de crédito com recursos próprios junto às prefeituras, com a linha AgeRio Setor Público, e com operações direcionadas para os segmentos de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e de Médias e Grandes Empresas (MGE), na linha AgeRio Giro Produtivo. Em relação aos recursos de terceiros, ao longo do mesmo período, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio do Programa Inovacred, e do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), direciona para empresas que atuem no setor de turismo. Além disso, atuante como prestadora de serviços, foram utilizados recursos do Fundo Estadual de Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO), voltados para a concessão de crédito a microempreendedores, micro e pequenas empresas.

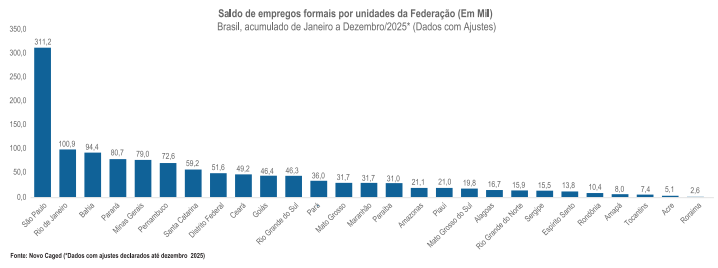
3. PANORAMA ECONÔMICO

As expectativas do mercado para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 sinalizam uma trajetória de revisão positiva ao longo do ano. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, a estimativa começou o ano em 2,02%, recuou levemente até 2,00% no fim de abril, mas apresentou forte aceleração a partir de maio, encerrando dezembro em 2,26%. Para 2026, a trajetória foi oposta: o mercado iniciou o ano projetando 1,80%, com queda até 1,68% em março, seguida de uma recuperação gradual, atingindo 1,80% em dezembro, após uma pequena queda iniciada em setembro. As projeções para 2027 mantiveram-se estáveis em 2,00% até agosto, quando iniciaram um processo de queda, atingindo 1,89% no fim do mês, caindo abaixo das expectativas para 2026 em setembro, quando atingiram 1,80%, retomando o patamar de 1,90% em outubro, seguida uma queda leve para 1,8% em dezembro.

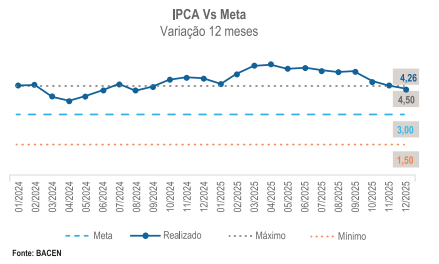


No acumulado do ano de 2025, todos os estados do Brasil registraram saldo positivo de empregos formais, resultado de admissões superiores aos desligamentos, movimento impulsionado principalmente pelo setor de serviços com ênfase em locação de mão de obra temporária, mas contribuições positivas também dos outros setores (agropecuária, comércio, construção e indústria geral), com destaques mais representativos para os setores do comércio e industrial geral, respectivamente.

O estoque de emprego fluminense aumentou aproximadamente 101 mil vínculos de empregos formais no ano de 2025, estando somente atrás do estado de São Paulo (aproximadamente 311 mil).

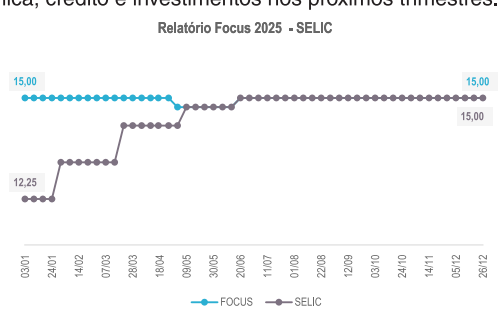


A trajetória recente do IPCA acumulado em 12 meses ameniza a persistência das pressões inflacionárias no Brasil. Após uma aceleração no primeiro quadrimestre de 2025, chegando ao pico de 5,53% em abril, refletindo o impacto acumulado de reajustes em preços administrados, serviços e alimentos, o índice iniciou movimento de queda a partir de maio, encerrando o mês de agosto em 5,13%. Em novembro, o índice prosseguiu em queda, atingindo 4,46%, e convergindo para as expectativas de 4,43%, levemente abaixo do teto da meta, encerrando o ano em 4,26%, abaixo do limite máximo da meta de inflação (4,50%).



A taxa Selic manteve trajetória de alta ao longo do primeiro semestre de 2025, partindo de 12,25% em janeiro e alcançando 15% em junho, após sucessivos aumentos promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), e tal patamar vem sendo mantido desde a reunião de julho. As elevações refletem o esforço do Banco Central para conter a inflação, que se manteve persistentemente acima do teto da meta ao longo de 2024 e 2025. Contudo, finalmente ficou abaixo do teto da meta em novembro e com expectativas que apontam para a continuidade desse processo ao longo do ano, encerrando o ano com a inflação abaixo do teto da meta.

A convergência atual indica um posicionamento mais rígido da política monetária, com o objetivo de reancorar expectativas e reforçar o compromisso com o regime de metas de inflação. Com a Selic estabilizada em 15,00%, o foco se volta agora para a durabilidade desse patamar elevado e os efeitos sobre atividade econômica, crédito e investimentos nos próximos trimestres.

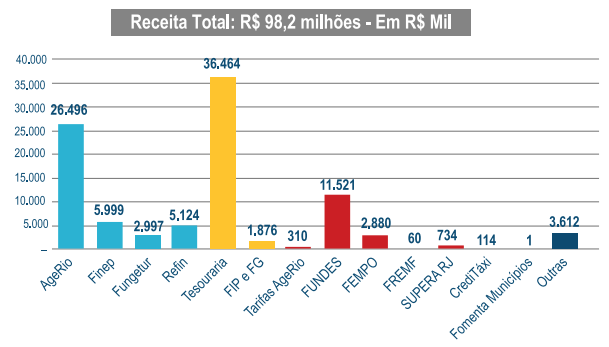


4. DESEMPENHO

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou lucro de R$ 9,3 milhões no exercício de 2025, com Patrimônio Líquido de R$ 594,8 milhões e Ativo Total de R$ 824,7 milhões. A arrecadação total de receita teve valor de R$ 98,2 milhões contra uma contabilização de despesa no valor total de R$ 88,9 milhões.

Observando a composição das receitas apurada até o mês de dezembro/2025 (R$ 98,2 milhões), constata-se que o grupo da receita de Financiamento apresentou a maior participação (41%) com um valor total de R$ 40,6 milhões, seguida da receita de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) no valor de R$ 38,3 milhões (39%), da receita de Prestação de Serviço no valor de R$ 15,6 milhões (16%) e do grupo das Outras Receitas (reversões de provisão de crédito, juros/mora e aluguel de imóveis) no valor de R$ 3,6 milhões (4%). Abaixo segue gráfico com a composição de cada grupo da receita com as receitas de Financiamento (AgeRio, Finep, Fungetur e Refin), TVM (Tesouraria, Fundos de Investimentos em Participações e Fundos Garantidores), Prestação de Serviços (Tarifas AgeRio, FUNDES, FEMPO, FREMF, Supera RJ, CrediTáxi e Fomenta Municípios) e Outras Receitas:



Analisando a composição das despesas até o mês de dezembro/25 (R$ 88,9 milhões), demonstra-se a maior participação das despesas administrativas com o valor de R$ 58,9 milhões (66,3%), seguida da despesa com Provisão de Crédito no valor de R$ 6,7 milhões (7,5%), da despesa de Repasses no valor de R$ 6,6 milhões (7,5%) e da despesa com Ativo Fiscal Diferido no valor de R$ 5,3 milhões (5,9%). A seguir, apresentam-se os valores de todos os grupos da despesa:

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até trezentos e sessenta mil reais. O programa financia atividades produtivas dos microempreendedores localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO).

Em 2025, esse produto atingiu seu recorde anual de concessão de crédito, com um valor de R$ 47,2 milhões em concessão de crédito para 3.700 operações de crédito. O FEMPO em 2025 foi segmentado em três linhas: para microempreendedores individuais (FEMPO MPO), para as mulheres empreendedoras (FEMPO Elas em Foco) e para micro e pequenas empresas (FEMPO MPE), tendo as três linhas um limite de crédito máximo de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Na linha destinada aos microempreendedores individuais foram efetivadas 2.537 operações de crédito, que totalizaram desembolsos da ordem de R$ 25 milhões. Já na linha destinada às mulheres empreendedoras foram aprovadas 106 operações de crédito com um valor aproximado de R$ 1 milhão. E na linha destinada a micro e pequenas empresas foram concedidas 1.057 operações, que totalizaram desembolsos da ordem de R$ 21,1 milhões.

Adicionalmente, também com recursos do FEMPO, foi operacionalizada a linha CrediTáxi com um resíduo de contratações ocorridas no ano de 2024 que só vieram a ser liberadas em 2025. Esta linha tem como objetivo financiar a renovação da frota de veículos de taxistas no Estado do Rio de Janeiro. Foram apoiados 16 taxistas, que totalizaram desembolsos da ordem de R$ 1,2 milhão.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

No ano de 2025, foram liberados R$ 34,2 milhões para micro, pequenas, médias e grandes empresas em 45 operações de crédito. Deste total, os recursos próprios para capital de giro totalizaram R$ 3,2 milhões em 33 operações; o financiamento à inovação (*funding* da FINEP) teve desembolso total de R$ 26,6 milhões em 6 operações; e o financiamento para empresas do setor do turismo (*funding* do FUNGETUR) totalizou R$ 4,4 milhões em concessão de crédito para 6 operações.

4.2.3. Operações com o Setor Público

Somos uma empresa parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da concessão do crédito às prefeituras. Em 2025, foram liberados R$ 29,6 milhões, distribuído entre os municípios de Itaboraí (R$ 15,4 milhões), Mesquita (R$ 7,7 milhões), Barra Mansa (R$ 4 milhões) e Nova Iguaçu (R$ 2,5 milhões).

4.2.4. Investimentos em Participações

O investimento em Participações ocorre de forma indireta, ou seja, por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) que são regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por meio desse instrumento e contando com atuação profissional de gestoras de recursos habilitadas, são realizados investimentos em empresas com alto potencial de crescimento em troca de participação societária.

A atual carteira da AgeRio possui oito FIPs: FinHealth I, Performa Key, Nascenti, Br Startups, MSW Multicorp 2, Indicator 2 IOT, Criatec 4 e Govtech Brasil.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO

Em dezembro/2025, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R$ 2,6 bilhões, assim composto:

a) A carteira de crédito de risco próprio apresentou saldo de R$ 322,07 milhões, composta pelas linhas de financiamento com recursos próprios e recursos de terceiros (FINEP e FUNGETUR).

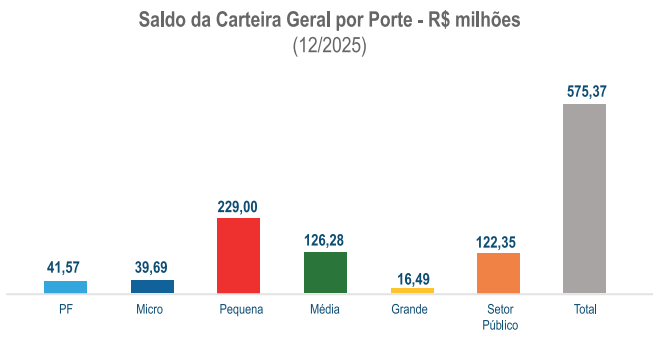
b) A carteira administrada dos Fundos Estaduais apresenta saldo de R$ 253,30 milhões, sendo composta pelas linhas de financiamento do FEMPO, Supera RJ, FREMF (Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses) e CrediTáxi.

c) A AgeRio presta serviço de agente financeiro ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que possui um saldo no montante de R$ 2 bilhões.

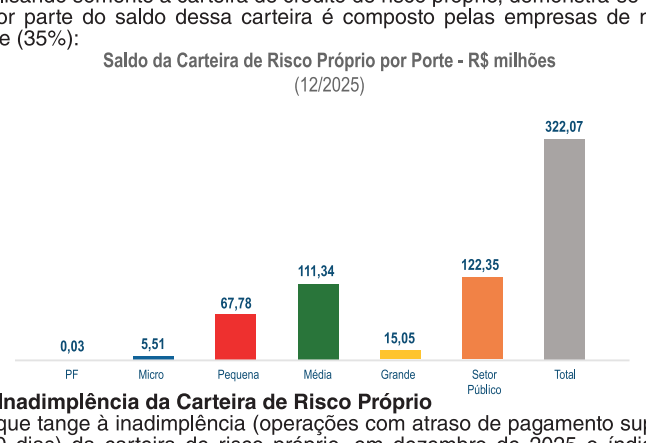
Fonte de Recursos (Dez/25)	Valor (R$)
AgeRio (Recursos Próprios)	219.230.979
FINEP	82.372.281
FUNGETUR	20.465.565
Carteira de Risco Próprio	**322.068.825**
FREMF	157.102.595
FEMPO	51.584.364
Supera Rio (FEMPO)	22.465.317
CrediTaxi (FEMPO)	15.851.984
Supera RJ Emergencial (FEMPO)	5.975.688
Supera RJ Cidade Integrada (FEMPO)	317.401
Fundos Estaduais	**253.297.349**
FUNDES	1.998.367.421
Carteira Geral	**2.573.733.595**

5.1 Saldo da Carteira de Crédito por Porte

Na posição do mês de dezembro/2025, observando os portes das empresas que compõem o saldo da carteira geral de crédito administrada pela AgeRio, excluindo as empresas do FUNDES, conclui-se que o maior saldo da carteira é composto por empresas do porte de pequena empresa (40%), conforme gráfico abaixo:

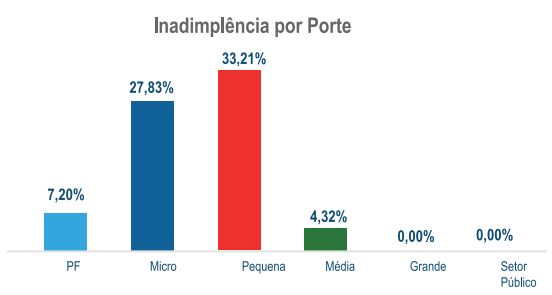


Analisando somente a carteira de crédito de risco próprio, demonstra-se que a maior parte do saldo dessa carteira é composto pelas empresas de médio porte (35%):



5.2 Inadimplência da Carteira de Risco Próprio

No que tange à inadimplência (operações com atraso de pagamento superior a 90 dias) da carteira de risco próprio, em dezembro de 2025 o índice de inadimplência apresenta-se em 8,96%, com um saldo inadimplente de R$ 28,87 milhões composto por 188 clientes. Analisando a inadimplência por porte das empresas que compõem a carteira de risco próprio, observa-se que as maiores inadimplências são dos portes de pequena e microempresa, respectivamente, e destaca-se que os portes de grande empresa e do setor público não apresentam inadimplência, conforme dados a seguir:



6. GESTÃO

6.1. Governança

A AgeRio possui sua estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social, fundamentados na legislação vigente e nas melhores práticas institucionais. Esse arcabouço garante que a tomada de decisões ocorra de forma colegiada, transparente e responsável, assegurando a conformidade dos processos e a integridade da gestão.

No Estatuto Social estão definidas as seguintes instâncias de governança: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitês Estatutários. As decisões, além de colegiadas, são pautadas em critérios técnicos e observam regimes de alçadas previamente estabelecidos, reforçando a segurança e a legitimidade dos atos administrativos.

O Estatuto Social prevê os seguintes Comitês Estatutários: • Comitê de Investimentos. • Comitê de Crédito e Renegociação. • Comitê de Ética. • Comitê de Compras e Contratações. • Comitê de Elegibilidade e Remuneração (deliberado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração). • Comitê de Auditoria. Além desses, a AgeRio conta, em seu organograma atual, com Comitês de apoio à gestão, que fortalecem a governança corporativa e a eficiência operacional: • Comitê de Gestão de Riscos e de Capital. • Comitê de Comunicação e Marketing. • Comitê de Tecnologia da Informação. • Comitê de Produtos.

Essa estrutura de governança, composta por instâncias deliberativas e consultivas, assegura que a AgeRio atue em conformidade com os princípios de legalidade, transparência, ética e responsabilidade corporativa, alinhando-se às melhores práticas de mercado e às diretrizes de políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

6.2. Ética

A alta administração da AgeRio, seus empregados, prepostos, estagiários, prestadores de serviço e demais colaboradores pautam suas ações em transparência, princípios éticos e de integridade, tais como legalidade, justiça, transparência, prevalência do interesse público, lealdade, cooperação, respeito, honestidade, responsabilidade, eficiência e cortesia.

O Código de Ética e Conduta, disponível na intranet, tem por objetivo direcionar e orientar a todos sobre os valores e normas da empresa. Ali está previsto que, anualmente, será organizada ação institucional para reforço desses valores éticos, em que todos têm a oportunidade de renovar seu compromisso com o Código de Ética e Conduta da AgeRio, assinando o Termo de Ciência.

Além disso, a AgeRio possui um Comitê de Ética autônomo, estabelecido para apurar infrações éticas por parte do corpo funcional, conforme o Decreto Estadual n° 43.583/2012. Internamente, algumas normas tratam do tema, como o GEP.016 (Competência Disciplinar); o GEP.021 (Comitês Disciplinares) e o AES.008 (Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil).

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pelas áreas de Gestão de Riscos, Financeira e de Estratégia Corporativa, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AgeRio compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AgeRio para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AgeRio:

(R$ Mil)	Dez/25
Patrimônio de Referência (PR)	553.740
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	74.535
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	479.205
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	493.555
- RWA_{CPAD}	434.654
- RWA_{OPAD}	58.901
- RWA_{MPAD}	0
IRRBB	15.239
Limite para Imobilização (LI)	239.603
Situação para Limite de Imobilização	2.876
Índice de Imobilização (II)	0,60%
Índice de Basiléia (IB)	97,09%

6.4. Controles Internos e *Compliance*

A AgeRio tem como papel institucional fortalecer a governança corporativa, promover a cultura da integridade e assegurar a aderência às normas internas, aos marcos regulatórios e às melhores práticas de gestão de riscos e controles. Sua atuação é orientada pela prevenção, pela transparência e pelo aprimoramento contínuo dos processos, contribuindo para a sustentabilidade e a perenidade do negócio.

No segundo semestre de 2025, a AgeRio promoveu avanços estruturantes relevantes. Destaca-se a implantação do novo Canal de Denúncias, viabilizado por meio da contratação de empresa especializada, garantindo maior independência, confidencialidade e credibilidade ao processo de recebimento e tratamento de relatos. No mesmo período, foi implementada a Matriz de Controles Internos, que sistematizou os riscos operacionais de das atividades finalísticas da empresa, classificou sua gravidade e definiu os controles necessários para mitigá-los, representando um marco na gestão integrada de riscos. No âmbito normativo, a AgeRio implantou, também no segundo semestre de 2025, o novo Sistema Normativo, promovendo uma transformação profunda na forma de elaboração das normas internas e na gestão do conhecimento organizacional. Outro destaque foi a organização da Semana da Integridade, iniciativa que mobilizou massivamente os empregados em torno de temas centrais para a cultura ética, como integridade corporativa, prevenção à fraude, segurança cibernética, uso prudente da inteligência artificial, discussão de casos e debates sobre ética. Como desdobramento desse esforço de engajamento, todos os empregados reafirmaram formalmente seu compromisso com o Código de Ética e Conduta da Empresa. Ainda no período, a AgeRio continuou a monitorar ativamente as ocorrências de riscos operacionais, com foco na observância contínua, no registro sistemático de eventos e na busca de soluções coletivas. Paralelamente, manteve atuação permanente nas ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), estruturadas por política interna aprovada pelo Conselho de Administração (POL.007) e por regras de monitoramento alinhadas à Circular BACEN nº 3.978/2020 e à Carta Circular BACEN nº 4.001/2020. Ao mesmo tempo, reconhecendo a necessidade de melhoria desse processo, iniciou a reformulação das normas internas sobre o assunto, a começar pela elaboração de uma metologia nova para a detecção de situações suspeitas de LD/FT.

A AgeRio também possui seu Programa de Integridade, que engloba valores, normas e procedimentos internos de promoção da integridade, incluindo a análise reputacional de administradores, clientes e fornecedores, também o incentivo à denúncia de irregularidades, reafirmando seu compromisso com elevados padrões éticos e de conformidade.

6.5. Gestão da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e o Decreto Estadual nº 48.891/2024, a AgeRio reforçou seu compromisso institucional com a privacidade e a segurança da informação ao longo do exercício. Atuando predominantemente como Controladora de dados pessoais, a Agência consolidou sua estrutura de governança através da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (POL.031) e da Política de Segurança Cibernética (POL.027), garantindo o alinhamento estratégico entre a proteção de dados e a segurança tecnológica.

Durante o período, a gestão da privacidade avançou com a instituição do Grupo de Trabalho de Proteção de Dados Pessoais (GT-LGPD). Este grupo multidisciplinar iniciou um projeto estruturado para revisão e aprofundamento do inventário de dados (ROPA) e do ciclo de vida das informações na Agência, apoiado pela contratação de ferramenta especializada para gestão de conformidade. A iniciativa priorizou áreas críticas, como operações de crédito e gestão de pessoas, visando a identificação proativa de riscos e a otimização dos controles de acesso.

No pilar de cultura e conscientização, foram realizados ciclos de treinamentos presenciais e campanhas de disseminação de conhecimento, capacitando colaboradores sobre os papéis dos agentes de tratamento, bases legais e prevenção a incidentes de segurança.

A AgeRio mantém, ainda, processos contínuos de adequação contratual junto a terceiros e possui um Plano de Resposta a Incidentes estabelecido, assegurando a transparência e o respeito aos direitos dos titulares – sócios, empreendedores, avalistas, empregados e parceiros – que compõem o ecossistema da Agência.

7. PESSOAS

Na AgeRio, as relações de trabalho são pautadas pelos valores da ética e transparência, do incentivo à gestão participativa e à meritocracia, da responsabilidade socioambiental e do respeito à diversidade.

A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Ao final do ano de 2025, 41,9% do quadro de colaboradores (diretores e empregados) e 46,3% dos cargos de liderança (Diretorias, Chefia de Gabinete, Auditoria, Superintendências e Gerências) eram ocupados por mulheres.

Fugindo de todo tipo de discriminação e reconhecendo potenciais em todas as idades, a AgeRio atualmente conta com mais 16% do número de colaboradores (diretores e empregados) com idade superior aos 50 anos. Outros percentuais etários são: 14,2% - entre 20 e 29 anos, 30,3% - entre 30 e 39 anos, e, 38,7% - entre 40 e 49 anos.

Durante todo o ano de 2025, a AgeRio celebrou as seguintes ações e campanhas:

- Workshop "Assédio no ambiente de trabalho": com objetivo de conscientizar o Time do Fomento sobre temas relevantes relacionados ao Dia Internacional da Mulher, a AgeRio realizou o workshop "Assédio no ambiente de trabalho". O evento foi promovido pelo Grupo Empoderadas, Programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do RJ, com foco na prevenção e no enfrentamento da violência contra as mulheres.
- Treinamento "Conscientização em Segurança Cibernética, Proteção de Dados e Privacidade": a capacitação teve como objetivo conscientizar todo o time da Agência sobre as responsabilidades em relação à privacidade e proteção de dados.
- Sala de Amamentação da AgeRio: foi reinaugurada a Sala de Amamentação da AgeRio. Para comemorar essa conquista, foi realizada a palestra "Amamentação e Rede de Apoio na Primeira Infância", conduzida pela especialista em amamentação e saúde da mulher, Cristina Mattara, do Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz, abordando diversos assuntos relacionados à amamentação, reforçando a importância do aleitamento exclusivo nos primeiros seis meses de vida do bebê, e os dois anos ou mais, junto com a alimentação complementar.
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT): ação que abordou inúmeros assuntos importantes, tais como: Riscos da NR-1 com foco nos fatores psicossociais e Qualidade de vida no trabalho remoto e parentalidade. Durante a SIPAT os colaboradores puderam realizar Avaliação Postural, um Checkup Biológico e outras atividades de bem-estar como Shiatsu e Ca-

continua

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
0C02D756182847B

Docusign Envelope ID: 6F27DC8A-FE29-4CE2-8DA9-A9E5B8EE48C8

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

deira Massageadora.
- Setembro Amarelo: campanha com o objetivo de promover a conscientização e a prevenção ao Suicídio e aos transtornos mentais.
- Outubro Rosa: campanha com o objetivo de destacar a importância da prevenção ao câncer de mama e colo do útero e promoção do cuidado com a saúde física e emocional das mulheres e de hábitos saudáveis.
- Novembro Azul: campanha com o objetivo de destacar a importância da prevenção ao câncer de próstata e promoção do cuidado com a saúde física e emocional dos homens e de hábitos saudáveis.
- Natal das Crianças: no espírito das celebrações natalinas, a AgeRio teve o prazer de realizar um evento que trouxe muita alegria e diversão para os filhos dos empregados. A AgeRio, na oportunidade, se transformou em um espaço mágico, repleto de brincadeiras, guloseimas e, claro, a tão esperada visita do Papai Noel e Mamãe Noel.

O corpo funcional da AgeRio, em parceira com o RioSolidário, participou ainda das seguintes ações sociais: Dia das Crianças Solidário e Natal Solidário.

A AgeRio mantém uma política permanente de teletrabalho, com celebração de acordos individuais junto aos colaboradores de forma a garantir a devida conformidade legal e o equilíbrio entre as necessidades organizacionais e os benefícios para os colaboradores, garantindo-se ainda mecanismos de reconfiguração desta condição a depender do contexto de suas operações futuras.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA

A AgeRio, no desenvolvimento de seu papel de agente promotor do desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro, atua na concessão de financiamentos para projetos instalados ou que venham a se instalar no Estado e possui a Responsabilidade Socioambiental como um de seus valores. Sua carteira é composta predominantemente por municípios e empresas de micro, pequeno e médio portes dos setores de comércio e serviços. Considerando o porte da instituição e a complexidade de suas operações, bem como os princípios da relevância e proporcionalidade estabelecidos na Resolução CMN nº4.327/2014 e na Resolução CMN n° 4.945/2021, são estabelecidos os procedimentos aplicáveis para mitigação do risco social, ambiental e climático em seus processos de concessão de crédito.

Com relação aos setores de atividade econômica, a AgeRio possui listagem de setores não apoiáveis devido à percepção de riscos associada a tais atividades, entre eles o risco social, ambiental e climático. Dentre as principais iniciativas no âmbito socioambiental, destacam-se o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado e a linha de financiamento para projetos ecoeficientes. A AgeRio possui em sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) as diretrizes que orientam a condução de seus negócios e relacionamento com stakeholders.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS (SALVO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ATIVO	NOTA	31/12/2025
DISPONIBILIDADES		**88**
ATIVOS FINANCEIROS		**758.545**
Ao Custo Amortizado		**305.956**
Títulos e Valores Mobiliários	4c	25.128
Operações de Credito	5	321.715
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5	**(40.887)**
Perda incorrida associada ao risco de crédito		(20.052)
Perda adicional associada ao risco de crédito		(11.478)
Perda esperada associada ao risco de crédito		(9.357)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		**44.963**
Títulos e Valores Mobiliários	4b	44.963
Ao Valor Justo por meio do Resultado		**407.626**
Títulos e Valores Mobiliários	4a	407.626
OUTROS ATIVOS	6	**37.396**
ATIVO FISCAL DIFERIDO	15b	**25.391**
IMOBILIZADO LIQUIDO	7	**2.876**
INTANGÍVEL LÍQUIDO	8	**385**
TOTAL DO ATIVO		**824.681**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2025
PASSIVOS FINANCEIROS		**206.969**
Ao Custo Amortizado		**206.969**
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	106.442
Outros Passivos Financeiros	9	100.527
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	10	**2.744**
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	11	**995**
OUTROS PASSIVOS	12	**19.140**
TOTAL DO PASSIVO		**229.848**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	**594.833**
Capital Social		587.765
Reservas de Lucros		12.005
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(4.937)
Lucros Acumulados		–
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**824.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS (SALVO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

		CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS				
	NOTA	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	ESPECIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01/07/2025		**536.345**	**6.419**	**3.482**	**–**	**(4.750)**	**7.229**	**548.726**
Mudança na Adoção inicial da 4966	4b.2, 24	–	–	–	–	–	(1.828)	(1.828)
Aumento de Capital com Reservas	13a	3.719	(3.719)	–	–	–	–	–
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	13a	2.700	(2.700)	–	–	–	–	–
Aumento de Capital com Recursos FREMF	13a	–	45.000	–	–	–	–	45.000
Resultado Líquido do Período		–	–	–	–	–	6.283	6.283
Destinações								
Constituição de Reservas	13b	–	–	314	8.209	–	(8.523)	–
Juros sobre o Capital Próprio	13b	–	–	–	–	–	(2.217)	(2.217)
Dividendos	13b	–	–	–	–	–	(943)	(943)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4b.2	–	–	–	–	(187)	–	(187)
SALDOS EM 31/12/2025		**542.765**	**45.000**	**3.796**	**8.209**	**(4.937)**	**–**	**594.833**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**6.419**	**38.581**	**314**	**8.209**	**(186)**	**(7.229)**	**46.107**
SALDOS EM 01/01/2025		**532.381**	**3.964**	**3.330**	**3.719**	**–**	**–**	**543.394**
Mudança na Adoção inicial da 4966	4b.2, 24	–	–	–	–	(4.327)	2.502	(1.825)
Aumento de Capital com Reservas	13a	3.719	–	–	(3.719)	–	–	–
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	13a	2.700	–	–	–	–	–	2.700
Aumento de Capital - homologação Banco Central	13a	3.964	(3.964)					–
Aumento de Capital com Recursos FREMF	13a	–	45.000	–	–	–	–	45.000
Resultado Líquido do Período		–	–	–	–	–	9.334	9.334
Destinações								
Constituição de Reservas	13b	–	–	467	8.209	–	(8.676)	–
Juros sobre o Capital Próprio	13b	–	–	–	–	–	(2.217)	(2.217)
Dividendos	13b						(943)	(943)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4b.2	–	–	–	–	(610)	–	(610)
SALDOS EM 31/12/2025		**542.765**	**45.000**	**3.796**	**8.209**	**(4.937)**	**–**	**594.833**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**10.383**	**41.036**	**467**	**4.491**	**(4.937)**	**–**	**51.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS
(SALVO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	NOTA	SEGUNDO SEMESTRE 2025	ACUMULADO EM 31/12/2025
Receitas de Operações de Crédito	14a	20.700	40.821
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14b	20.577	36.988
Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses	14c	(3.365)	(6.623)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**37.912**	**71.186**
Perdas Esperadas de Instrumentos Financeiros	14d	**(1.007)**	**(6.699)**
Perda incorrida associada ao risco de crédito		(7.427)	(14.695)
Provisão adicional associada ao risco de crédito		2.205	2.073
Perda/reversão esperada associada ao risco de crédito		4.216	5.923
RESULTADO DOS INTRUMENTOS FINANCEIROS		**36.904**	**64.487**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(25.670)**	**(48.188)**
Receita de Prestação de Serviços	14e	8.196	15.619
Despesa de Pessoal	14f	(24.099)	(46.655)
Outras Despesas Administrativas	14g	(7.915)	(13.772)
Despesas Tributárias	14h	(2.739)	(4.935)
Despesas de Provisão para Contingências	14i	(4)	(104)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	14j	891	1.659
RESULTADO OPERACIONAL		**11.235**	**16.299**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**243**	**312**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**11.478**	**16.611**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(3.193)**	**(5.274)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15a	1.615	–
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15b	(4.807)	(5.274)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		**(2.002)**	**(2.003)**
RESULTADO LÍQUIDO		**6.283**	**9.334**
Nº de ações		185.031.332	185.031.332
RESULTADO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R$)		**34**	**50**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS
(SALVO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	SEGUNDO SEMESTRE 2025	ACUMULADO EM 31/12/2025
RESULTADO LÍQUIDO	**6.283**	**9.334**
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(187)**	**(610)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(339)	(1.108)
Efeito tributário	153	499
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**6.095**	**8.725**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS
(SALVO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	SEGUNDO SEMESTRE 2025	ACUMULADO EM 31/12/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**11.478**	**16.611**
AJUSTES AO RESULTADO LÍQUIDO	**1.767**	**8.485**
(Reversão)/Prov. Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos pra Venda	(163)	(163)
Depreciações e amortizações	919	1.845
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.007	6.699
Provisões para contingências	4	104
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**13.245**	**25.096**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	**(55.026)**	**(69.397)**
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	(97.042)	(69.140)
Redução (aumento) em Operações de Crédito	670	9.794
Redução (aumento) em Outros Ativos	2.995	1.970
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(4.297)	5.846
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	43.758	(13.103)
Aumento (redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	(918)	416
Aumento (redução) em Outras Obrigações	1.210	(2.696)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.402)	(2.484)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(41.781)**	**(44.301)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações em Imobilizado e Intangível	(34)	(180)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(34)**	**(180)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos do exercício anterior	–	2.700
Destinação de JCP/Dividendos aos Acionistas	(3.160)	(3.160)
Aumento de Capital com Recursos FREMF	45.000	45.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**41.840**	**44.540**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**25**	**59**
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**25**	**59**
Início do período	63	29
Fim do período	88	88
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**25**	**59**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Valores expressos em milhares de reais (salvo quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, situada na Avenida Rio Branco, 245 - Centro, no Rio de Janeiro/RJ, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS), tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro à empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa - FINEP e do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO. Apoia, também, investimentos no Estado através da participação societária indireta.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A moeda funcional da Instituição é o Real (R$). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Normas, Alterações e Interpretações de normas

b.1) Normas, alterações e interpretações de normas e leis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2025

A partir de 01 de janeiro de 2025, entraram em vigor a resolução CMN nº4.966/21 e a Lei nº14.467/22.

Resolução CMN n° 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabeleceu os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Como principais impactos da adoção da Resolução CMN nº4.966/21 presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se:

(i) Ativos financeiros passaram a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da AgeRio e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPJ");

(ii) As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear;

(iii) Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passou a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";

(iv) Foi adotado o modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23 e modelo de perdas esperadas interno da Agência. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

(v) Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;

(vi) Mudança no critério de baixa de ativos financeiros à prejuízo, que passaram a ser baixados a partir do momento em que a AgeRio não tem mais expectativa de recuperação.

Instruções Normativas BCB n° 537 a 543 de 2024

Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543 que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a AgeRio adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

Transição para a Resolução CMN n° 4.966/21

As principais mudanças identificadas pela AgeRio em virtude da Resolução CMN nº 4.966/21 estão relacionadas a classificação, mensuração e perdas esperadas de ativos financeiros.

Adoção inicial

A AgeRio adotou a disposição transitória prevista na Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A reconciliação do Patrimônio Líquido da AgeRio demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na Nota 24.

Revogações de Normas Aplicáveis a Agências de Fomento

As seguintes normas, anteriormente aplicáveis às agências de fomento, foram revogadas a partir de 01 de janeiro de 2025:

(i) A Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999: Estabelecia normas gerais para instituições financeiras, incluindo agências de fomento.

(ii) A Resolução nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000: Definia critérios para operações de crédito e financiamento.

(iii) A Resolução nº 3.181, de 29 de março de 2004: Dispunha sobre a constituição e funcionamento de agências de fomento.

(iv) A Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008: Estabelecia regras para operações de crédito e financiamento.

(v) A Resolução nº 3.534, de 31 de janeiro de 2008: Complementava a Resolução nº 3.533.

(vi) A Resolução nº 4.036, de 30 de novembro de 2011: Atualizava normas para agências de fomento.

(vii) A Resolução nº 4.175, de 27 de dezembro de 2012: Estabelecia novos critérios para operações de crédito.

(viii) A Resolução nº 4.512, de 28 de julho de 2016: Definia regras para a captação de recursos.

(ix) A Resolução nº 4.524, de 29 de setembro de 2016: Complementava a Resolução nº 4.512.

(x) A Resolução nº 4.803, de 9 de abril de 2020: Atualizava normas para operações de crédito.

(xi) A Resolução CMN nº 4.855, de 24 de setembro de 2020: Estabelecia novos critérios para a constituição e funcionamento de agências de fomento.

(xii) O art. 13 da Resolução CMN nº 4.858, de 23 de outubro de 2020 (Redação dada, a partir de 1º/8/2024, pela Resolução CMN nº 5.146, de 26/6/2024.): Complementava a Resolução CMN nº 4.855.

Lei 14.467/2022

Em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, que produziu efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, determinando os fatores de ponderação A e B (Art. 2º § 2º, I, e II) que correspondem aos percentuais de provisão estabelecidos na Res. BCB nº 352/23 (Anexo I) por tipo de carteira de crédito. Esse critério foi adotado para a apuração de IRPJ e CSLL, onde os valores registrados contabilmente não descasam dos valores utilizados para apuração desses tributos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, revogou a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. A nova legislação estabelece um novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa mudança visa atualizar e simplificar o arcabouço regulatório, proporcionando maior clareza e segurança jurídica para as instituições financeiras. A partir dessa data, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos inadimplidos e de créditos de pessoas jurídicas em processo falimentar ou em recuperação judicial, conforme os critérios estabelecidos pela nova lei.

Medida Provisória 1.261/2024

Em 2 de outubro de 2024, foi publicada a Medida Provisória nº 1.261, que alterou a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022. Esta medida dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A principal alteração introduzida pela MP 1.261/2024 refere-se à forma de dedução das perdas com créditos inadimplidos. A partir de 1º de janeiro de 2025, as perdas apuradas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 por mês, a partir de janeiro de 2026.

As instituições financeiras têm a opção, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, de efetuar as deduções à razão de 1/120 por mês, a partir de janeiro de 2026. Além disso, fica vedado deduzir as perdas incorridas relativas ao exercício de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução.

Esta medida visa proporcionar maior previsibilidade e controle sobre as deduções fiscais relacionadas a créditos inadimplidos, impactando diretamente a gestão financeira e tributária das instituições financeiras.

b.2) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente.

b.3) Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes

A administração avaliou as normas e interpretações aplicáveis no período, bem como as normas que ainda não estão em vigor e não identificou impactos nas demonstrações financeiras da AgeRio.

b.4) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Em 23 de fevereiro de 2026, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos pela metodologia diferenciada com diferimento linear, incluindo os rendimentos, encargos, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

b) Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades incluem depósitos bancários e aplicações de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela AgeRio para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da AgeRio são efetuadas de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e estão descritas a seguir:

c.1) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A AgeRio classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

O reconhecimento inicial de um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito, é reconhecido no balanço Patrimonial quando a AgeRio se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Mensuração dos Instrumentos Financeiros

O reconhecimento inicial ocorre:

a. pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou

b. pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

Caso o valor justo do instrumento mensurado conforme o item 'b' seja diferente do valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro, a instituição deve:

a. reconhecer a diferença no resultado do período, para instrumentos financeiros mensurados no nível 1 ou no nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente;

b. diferir a diferença de acordo com a realização do ganho ou perda, nos demais casos.

continua

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
0C02D756182847B

Docusign Envelope ID: 6F27DC8A-FE29-4CE2-8DA9-A9E5B8EE48C8

Esta edição foi publicada em nosso portal: odia.ig.com.br/balancos-e-editais Confira no QR-Code ao lado

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

As regras de reconhecimento mencionadas acima, não se aplicam aos instrumentos classificados na categoria custo amortizado mensurados no nível 3 da hierarquia de valor justo, que devem ser reconhecidos pelo valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão.

Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

a. o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

b. os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros, com base na metodologia diferenciada com diferimento linear. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos Financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA), se atender às seguintes condições:

a. Gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

b. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A AgeRio designou no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, os instrumentos patrimoniais de outra entidade, as Cotas de Fundos em Participações, para serem classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

c.2) Hierarquia do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A hierarquia do valor justo se trata de uma classificação feita em três níveis hierárquicos das informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo para permitir a consistência e a comparabilidade em divulgações.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

a. Instrumentos Financeiros - Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

b. Instrumentos Financeiros - Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

c. Instrumentos Financeiros - Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a AgeRio opera com instrumentos financeiros de Nível 1 e Nível 2. Em 31 de Dezembro de 2025 a AgeRio não possui instrumentos financeiros derivativos contratados.

Reconhecimento de variação do valor justo

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da AgeRio, até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.

No caso dos instrumentos patrimoniais de outra entidade, para os quais foi utilizada a faculdade do reconhecimento inicial irrevogável em "Outros Resultados Abrangentes", os ganhos ou perdas não realizados registrados no patrimônio líquido devem ser transferidos, quando da baixa, total ou parcial, na proporção correspondente, para a conta representativa de lucros ou prejuízos acumulados, sem efeito sobre o resultado do período.

No caso de ativos financeiros classificados na categoria valor justo no resultado, ganhos ou as perdas com a valorização ou a desvalorização aplica-se somente:

a. Às operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito;

b. Aos ativos financeiros com atraso superior a noventa dias no pagamento de principal ou de encargos.

c.3) Reclassificação dos Instrumentos Financeiros

A AgeRio não reclassificou seus instrumentos financeiros no período apresentado.

c.4) Baixa dos Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

c.5) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis pela AgeRio.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a AgeRio optou em utilizar a "metodologia diferenciada com diferimento linear" para empréstimos e recebíveis de clientes com características de crédito.

Reconhecimento dos custos de transação

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, o valor apurado na data de aquisição, originação ou emissão deve ser ajustado da seguinte forma:

a. No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e

b. No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, serão reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

Fica facultado o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Aplicação da Taxa de Juros Efetiva em novas operações

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, a Agência aplica a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos instrumentos financeiros em novas operações. Esta prática, assegura que todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro sejam considerados de maneira precisa.

A aplicação da taxa de juros efetiva permite uma avaliação mais transparente e precisa dos custos e rendimentos dos instrumentos financeiros, refletindo fielmente o custo ou rendimento efetivo do instrumento. A metodologia utilizada pela Agência é a de diferimento linear da taxa efetiva, que envolve o reconhecimento dos juros de forma linear ao longo do tempo. Isso significa que os juros são distribuídos uniformemente durante o período de vigência do instrumento financeiro, proporcionando uma representação mais precisa e consistente dos custos e receitas financeiras ao longo do tempo. Esta metodologia é essencial para garantir a integridade e a clareza das demonstrações financeiras, alinhando-se às melhores práticas contábeis e regulatórias.

c.6) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A Agência por pertencer ao segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

Provisão para Perdas Incorridas - Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 - C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

a. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e

b. No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

Provisão Adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Agência constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 - C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

a. Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;

b. Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e

c. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

Provisão para Perda Esperada

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

Total da provisão associada a perda de crédito

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Agência adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Agência detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

A Agência emprega técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

c.7) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando:

a. Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;

b. Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;

c. Houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático pode ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e:

a. Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e

b. Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Agência não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Por fim, a Agência reconhece os juros das operações até 90 dias de atraso, não caracterizadas como ativo problemático.

c.8) Renegociação e Reestruturação de instrumentos financeiros

O valor contábil bruto de ativos financeiros reestruturados é ajustado para refletir o valor presente dos fluxos de caixa, descontados pela taxa de juros efetiva original. A diferença deve ser reconhecida no resultado do período da reestruturação, sem considerar novas concessões de crédito.

Instrumentos financeiros renegociados sem característica de reestruturação, são reavaliados para refletir o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

d) Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento. Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

e) Imobilizado de uso e Intangível

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação acumulada, conforme método linear e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimado (Nota 7).

O Ativo Intangível está representado por direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os itens registrados no Ativo Intangível são amortizados pelo método linear e com taxas estabelecidas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens (Nota 8).

f) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante obedece a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

g) Avaliação do valor recuperável (*Impairment*)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes, mantendo-se os saldos contábeis inferiores aos valores de mercado apurados.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual, com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% nos termos da legislação fiscal em vigor.

i) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

j) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da área Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na Nota 11.

k) Créditos tributários

Em dezembro de 2024 foi efetuado o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, mediante a elaboração de estudo técnico nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020, sobre projeções da expectativa de resultados futuros, e demonstração da probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A realização dos créditos tributários provenientes das diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na Nota 15b, ocorre quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando há a reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela lei 9.430/96, aplicáveis as instituições financeiras e utilizados até 2024 para mensurar a realização desses créditos foram revogados a partir de 01/01/2025 data que a lei 14.467/22 entrou em vigor.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)

a.1) Composição

Carteiras de Valores Mobiliários	31/12/2025
I - Curto Prazo	406.182
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	406.182
II - Longo Prazo	1.444
Cotas de Fundo Garantidor - FGI	1.444
Total de Títulos e Valores Mobiliários (VJR)	**407.626**

(i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e BB Agerio FI, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco e Banco do Brasil. O Fundo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O BB Agerio FI é um fundo destinado à AgeRio e sua carteira é composta predominantemente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, e em menor percentual em operações compromissadas.

a.2) Segregação por hierarquia de valor justo

O valor do custo atualizado equivale ao valor justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários.

b) Ativos financeiros mensurados por designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Designação dos instrumentos de patrimônio

b.1) Composição

Carteiras de Valores Mobiliários	31/12/2025
I - Longo Prazo	44.963
Cotas de Fundos em Participações (ii)	44.963
Total de Títulos e Valores Mobiliários (VJORA)	**44.963**

(ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) atendem o objeto social da AgeRio, através do apoio ao desenvolvimento de empresas inovadoras e com alto potencial de crescimento. O Anexo IV da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, normatiza a atuação dos FIPs. Vide composição a seguir:

Fundo	Previsão de encerramento*	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
BBI Financial I	21/12/2026	12.040	12.040	21.407
Performa Key	31/03/2026	5.000	4.498	85
Nascenti	20/04/2026	2.000	2.000	34
Br Startups	11/03/2026	6.000	6.000	7.026
MSW Multicorp 2	04/04/2032	7.500	5.070	5.790
Indicator 2 IOT	02/03/2031	10.000	6.700	6.229
GovTech	20/12/2032	75.000	2.829	3.380
WE Ventures	19/03/2030	5.000	–	–
Criatec 4	04/07/2033	10.000	1.617	1.010
Total	**–**	**63.040**	**38.755**	**44.963**

**passível de prorrogação*

b.2) Segregação por hierarquia de valor justo

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

Carteiras de Valores Mobiliários (VJORA) - Nível 2	Valor do Custo Atualizado	Ajuste do Valor Justo*
I - Longo Prazo		
Cotas de Fundos em Participações	49.899	(4.937)
Total de Títulos e Valores Mobiliários (VJORA) - Nível 2	**49.899**	**(4.937)**

** Refere-se ao ajuste de adoção incial da Res. CMN 4.966/21 (R$ 4.327), cuja contrapartida foi em Lucros Acumulados, acrescido da movimentação do ano de 2025 (R$ 610).*

c) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

c.1) Composição

Carteiras de Valores Mobiliários - CA	31/12/2025
Notas do Tesouro Nacional - NTN	25.128
Total de Títulos e Valores Mobiliários (CA)	**25.128**

Não há saldo de perda associada ao risco de crédito constituído para os Títulos Públicos Federais. Trata-se de ativos de baixa probabilidade de *default* e sem *default* observado historicamente.

c.2) Composição por vencimentos

Os vencimentos dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

Carteiras de Valores Mobiliários - CA	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo em 31/12/2025
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	12.306	12.822	25.128
Total de Títulos e Valores Mobiliários (CA)	–	12.306	12.822	**25.128**

NOTA 5 - Operações de Crédito

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

a.1) Composição por modalidade

Operações de Crédito - CA	31/12/2025
Financiamentos	**280.828**
Saldo Contratual	322.069
(-) Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	(354)
(-) Perda incorrida Associada ao Risco de Crédito	(20.052)
(-) Provisão Adicional	(11.478)
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(9.357)
Total de Operações de Crédito (CA)	**280.828**

a.2) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

	C1	C2	C3	31/12/2025	% Total Geral
Ativos não problemáticos	**12.283**	**126.213**	**139.560**	**278.056**	**86,33%**
Sem atraso	11.358	120.268	139.012	270.639	84,03%
Até 14 dias de atraso	–	–	–	–	0,00%
De 15 a 30 dias de atraso	924	4.056	548	5.529	1,72%
De 31 a 60 dias de atraso	–	1.041	–	1.041	0,32%
De 61 a 90 dias de atraso	–	848	–	848	0,26%
Ativos problemáticos não inadimplidos	**2.064**	**6.124**	**6.971**	**15.158**	**4,71%**
Sem atraso	1.313	2.286	6.140	9.739	3,02%
Até 14 dias de atraso	–	–	80	80	0,02%
De 15 a 30 dias de atraso	112	795	171	1.077	0,33%
De 31 a 60 dias de atraso	639	1.924	384	2.947	0,92%
De 61 a 90 dias de atraso	–	1.119	195	1.314	0,41%
Ativos problemáticos inadimplidos	**137**	**26.353**	**2.365**	**28.855**	**8,96%**
De 91 a 120 dias de atraso	–	1.657	429	2.086	0,65%
De 121 a 150 dias de atraso	–	1.674	91	1.765	0,55%
De 151 a 180 dias de atraso	–	623	–	623	0,19%
De 181 a 210 dias de atraso	–	1.088	1	1.089	0,34%
De 211 a 240 dias de atraso	–	391	708	1.099	0,34%
De 241 a 270 dias de atraso	–	384	62	446	0,14%
De 271 a 300 dias de atraso	–	1.333	160	1.492	0,46%
De 301 a 330 dias de atraso	–	1.108	160	1.268	0,39%
De 331 a 360 dias de atraso	–	273	–	273	0,08%
Acima de 360 dias	137	17.822	755	18.713	5,81%
Total Geral	**14.483**	**158.690**	**148.896**	**322.069**	

Para os ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, os juros do período não reconhecido contabilmente totalizam R$ 2.727.

a.3) Composição das operações por setor de atividade econômica

Setor de Atividade	31/12/2025
Administração pública	122.345
Alimentos e Bebidas	7.564
Comércio	28.604
Construção e Imobiliário	9.867
Educação, Saúde e outros	24.327
Máquinas e equipamentos	2.662
Mineração	–
Químico e Petroquímico	2.355
Serviços Privados	31.723
Telecomunicações	9.484
Outros	83.137
Total	**322.069**

a.4) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Carteira 31/12/2025	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total Operações	Perdas Esperadas	Perdas Incorridas	Perdas adicionais	Total Perda
C1	Ativos não problemáticos	11.358	924	12.283	(128)	–	(190)	(318)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	1.313	751	2.064	(216)	–	(206)	(422)
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	–	137	137	(36)	(94)	(6)	(136)
C2	Ativos não problemáticos	120.268	5.945	126.213	(2.535)	–	(2.029)	(4.564)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	2.286	3.837	6.124	(298)	–	(2.045)	(2.343)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	–	26.353	26.353	(3.821)	(18.365)	(869)	(23.054)
C3	Ativos não problemáticos	139.012	548	139.560	(618)	–	(2.660)	(3.278)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	6.140	830	6.971	(1.400)	–	(3.395)	(4.795)
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	–	2.365	2.365	(306)	(1.594)	(77)	(1.977)
	Total	**280.378**	**41.690**	**322.069**	**(9.357)**	**(20.052)**	**(11.478)**	**(40.887)**

a.5) Movimentações das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	31/12/2025
Saldo no início do período	42.372
Constituição da provisão	20.331
Reversão de provisão	(8.301)
Créditos baixados para Prejuízo	(13.515)
Saldo no fim do período	**40.887**

a.6) Renegociações e reestruturações

	31/12/2025	% Total
Saldo Renegociações	30.170	84%
Saldo Renegociações caracterizadas como reestruturação	5.747	16%
Total	**35.917**	**100%**

Foram renegociados no período o montante de R$ 10.141, sendo R$ 100 de operações anteriormente baixadas para prejuízo.

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

Prazo	Circulante	Não Circulante	Total em 31/12/2025
Serviços Prestados a Receber	339	–	339
Adiantamento e Antecipações	287	–	287
Devedores por depósitos em garantia	–	125	125
Impostos e Contribuições a Compensar	–	4.129	4.129
Créditos a Receber Funcine (i)	13	374	387
Provisões para Outros Créditos (ii)	–	(370)	(370)
Conta Transitória de financiamento (iii)	240	–	240
Ativos Não Financeiros Mantidos Para Venda Recebidos - Líquido (iv)	–	30.541	30.541
Despesas Antecipadas	1.581	–	1.581
Outros Créditos	136	–	136
Total	**2.596**	**34.800**	**37.396**

(i) O Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional investido pela AgeRio (Funcine Rio 1) foi encerrado em 29/09/2020, sendo que os ativos constantes em sua carteira no momento de seu término foram repassados para os cotistas com base nas suas respectivas proporções no Fundo.

(ii) Provisão para perdas relativas a outros ativos sem característica de concessão de crédito.

(iii) O saldo da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se aos valores de parcelas baixadas no último dia útil do mês, a serem conciliados com o extrato do banco do 1º dia útil do mês seguinte.

(iv) Referem-se a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada em 2025 a avaliação externa dos Bens, classificados como ativos não financeiros mantidos para venda, em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e normas contábeis vigentes.

	Custo	*Impairment* Imóveis não de Uso	Custo Líquido de Provisão para Redução ao Valor Recuperável em 31/12/2025
Imóveis não de uso mantidos para venda - recebidos	42.104	(11.563)	30.541

NOTA 7 - IMOBILIZADO

Imobilizado de uso	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil 31/12/2025
Edificações	1,58%	8.865	(7.229)	1.636
Instalações	10%	6	(6)	–
Móveis e Equipamentos	10%	942	(884)	58
Sistemas de Comunicação	10%	90	(59)	31
Equip. de Proc. De Dados	20%	4.306	(3.155)	1.150
Total		**14.209**	**(11.333)**	**2.876**

Na avaliação de estimativa de vida útil e de valor residual dos bens, realizada pela área técnica responsável, não foi identificado quando do encerramento do período, indícios de desvalorização, portanto, os saldos contábeis foram mantidos aos seus valores de aquisição e/ou construção.

Em 31 de Dezembro de 2025 a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado, em montantes considerados suficientes pela Administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

NOTA 8 - INTANGÍVEL

Intangível	Taxa de Amortização	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Contábil 31/12/2025
Licenças e Direitos Autorais de Uso	10% a 20%	14.446	(14.061)	385
Total		**14.446**	**(14.061)**	**385**

Grande parte dos bens classificados no intangível, são amortizados pelo prazo de vida útil de 10 anos, considerando as premissas contábeis e avaliação da estimativa de vida útil, de valor residual e de valor recuperável, realizado pela área de tecnologia da informação.

continua

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
0C02D756182847B

Docusign Envelope ID: 6F27DC8A-FE29-4CE2-8DA9-A9E5B8EE48C8

continuação

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

NOTA 9 - PASSIVOS FINANCEIROS

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3c.

a) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

a.1) Composição

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	31/12/2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses (i)	106.442
FINEP	86.244
FUNGETUR	20.198
Recursos para Destinação Específica	86.948
Recursos FEMPO (ii)	76.900
Recursos FUNGETUR (iii)	9.863
Recursos AgeRio Creditaxi (iv)	185
Cauções de Operações de Crédito (v)	13.579
Total	**206.969**

(i) Correspondem aos recursos originários de Instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais. Essas obrigações possuem vencimentos mensais, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros pós-fixados.

(ii) Recursos recebidos, na condição da AgeRio ser Administradora do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado - FEMPO, para posterior liberação de operações de crédito.

(iii) Referente a recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), para concessão de operações de créditos de projetos vinculados ao setor do turismo. Sobre esses recursos o Fundo é remunerado pela taxa Selic.

(iv) Instituída pela Lei Estadual Nº 9.835, de 01/09/2022 e regulamentado pelo Decreto Nº 48.454 de 05/04/2023, permitiu a utilização dos recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado - FEMPO para concessão de créditos, através da AgeRio, aos profissionais autônomos taxistas.

(v) Trata-se de importâncias recebidas como garantias de operações de créditos. Estes recursos são depositados em conta corrente específica aberta para este fim. Eles são devolvidos após a quitação do crédito, incluídos os respectivos rendimentos auferidos no período.

a.2) Composição por vencimentos

Passivos Financeiros por vencimento	Sem vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo em 31/12/2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses	–	36.786	69.656	106.442
FINEP	–	29.106	57.138	86.244
FUNGETUR	–	7.680	12.518	20.198
Recursos para Destinação Específica	86.948	–	–	86.948
Recursos FEMPO	76.900	–	–	76.900
Recursos FUNGETUR	9.863			9.863
Recursos AgeRio Creditaxi	185	–	–	185
Cauções de Operações de Crédito	–	–	13.579	13.579
Total	**86.948**	**36.786**	**83.235**	**206.969**

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	31/12/2025
Impostos e Contribuições a recolher sobre faturamento	436
Impostos e Contribuições s/ Lucro (IRPJ + CSLL)	–
Impostos e Contribuições s/ serviço de terceiros	47
Impostos e Contribuições s/ salários	2.261
Total	**2.744**

NOTA 11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Provisão para Contingências	31/12/2025
Passivos Trabalhistas (i)	566
Contingências Cíveis (i)	36
Provisão Honorários Sucumbenciais (ii)	321
Outras Contingências	72
Total	**995**

(i) As Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis, em 31/12/2025, foram avaliadas conforme premissas estabelecidas sobre eventuais perdas com ações judiciais classificadas como perdas prováveis. A AgeRio configura ainda em processos classificados como de Perda Possível, não reconhecidos contabilmente, cujo valor total envolvido na demanda em 31/12/2025 é de R$ 33.711.

(ii) A Agerio manteve a provisão constituída em exercício anterior, relativo a despesa com contingência passiva, para o registro dos valores recebidos.

NOTA 12 - OUTROS PASSIVOS

Outras Obrigações	31/12/2025
Obrigações Sociais e Estatutárias	**3.287**
Dividendos - Governo do Estado do RJ	2.217
JCP - Governo do Estado do RJ	943
Participações Estatutárias no Lucro	127
Provisão para pagamentos a efetuar	**6.983**
Despesas de Pessoal	6.466
Outras Despesas Administrativas	443
Outros Pagamentos	74
Credores Diversos no País	**8.709**
Repasses FUNDES (i)	196
Repasses FEMPO (i)	2.542
Repasses Supera Rio (i)	2.653
Repasses AgeRio CrediTaxi (i)	364
Forn. p/ serviços e material	405
Outros	2.549
Provisão p/ Perdas Esperadas sobre Créditos a Liberar (ii)	**161**
Total	**19.140**

(i) Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País, referem-se principalmente aos montantes recebidos pela AgeRio de financiados do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES e que serão repassados ao FREMF, FEMPO e Tesouro do Estado, bem como dos clientes financiados pelo FEMPO e Programas Supera Rio e CrediTaxi e que serão repassadas ao FEMPO.

(ii) Correspondem às potenciais perdas sobre os compromissos de créditos que não podem ser cancelados de forma unilateral e incondicional pela instituição.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R$ 587.765 em 31 de Dezembro de 2025 está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Capital Social	31/12/2025
Estado do Rio de Janeiro	185.017.679
Companhia de Desenv. Industrial do Estado do RJ	13.653
Total	**185.031.332**

Em janeiro de 2025 o Banco Central homologou o aumento de capital da AgeRio, no valor de R$ 3.964, proveniente da destinação dos passivos Dividendos e Juros sobre capital próprio (R$ 991 e R$ 2.809, respectivamente) e da Reserva Especial de Lucros (R$ 164), referentes ao exercício de 2023.

Em abril de 2025 houve a destinação dos passivos Dividendos e Juros sobre capital próprio (R$ 1.605 e R$ 1.095, respectivamente) e da Reserva Especial de Lucros (R$ 3.719), todos constituídos em 2024, para aumento de capital da AgeRio, também já homologado pelo Banco Central.

Em dezembro de 2025 houve a capitalização da AgeRio com recursos do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMF), no valor de R$ 45.000, com subscrição de novas ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assim, do total de R$ 587.765, R$ 45.000 estão para homologação pelo Banco Central.

b) Reservas de Lucros

A Reserva Legal é constituída no percentual de 5% do lucro líquido e limitada a 20% do valor do capital social.

A parcela remanescente do lucro anual não destinada à constituição da reserva legal e/ou da reserva para contingências, se for o caso, e à distribuição de dividendos, é transferida à conta de reserva especial de lucros, até o limite do capital social, com a finalidade de aumentar o capital social da AGÊNCIA.

Do resultado acumulado de R$ 9.334 no ano, R$ 3.160 foram destinados aos acionistas como Dividendos/JCP (demonstrados na Nota 12), R$ 467 utilizados na constituição de Reserva Legal (R$ 153 no 1º semestre e R$ 314 no 2º semestre) e R$ 5.707 utilizados na constituição de Reserva Especial de Lucros de 2025 (em conjunto com os ajustes de transição da Res. 4966/21, no valor de R$ 2.502).

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, que no caso da AgeRio são os instrumentos patrimoniais de outra entidade (Cotas de Fundos em Participações - Nota 4b), designadas de forma irrevogável quando da adoção da Res. CMN 4.966/21.

NOTA 14 - DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receitas de Operações de Crédito

Receitas de Operações de Crédito	31/12/2025
Rendas de Financiamentos	40.616
Rendas de Juro/Mora de crédito de prejuízo	205
Total	**40.821**

b) Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2025
Receita com Títulos Públicos Federais	4.167
Receita com Fundos de Investimentos Renda Fixa	32.297
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	343
Resultado com Fundos Garantidores	181
Total	**36.988**

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses	31/12/2025
Despesas de Repasses - FINEP	(3.908)
Despesas de Repasses - FUNGETUR	(2.093)
Despesa FUNGETUR - Recurso Disponível	(622)
Total	**6.623**

d) Despesas de Perdas Esperadas de Instrumentos Financeiros

Despesas de Perdas Esperadas de Instrumentos Financeiros	31/12/2025
PERDA INCORRIDA	**(14.695)**
Operações de Crédito	(14.333)
Outros Ativos Financeiros	(362)
PROVISÃO ADICIONAL	**2.073**
Operações de Crédito	2.073
(PERDA)/REVERSÃO ESPERADA	**5.923**
Operações de Crédito	5.315
Créditos a Liberar	538
Outros Ativos Financeiros	70
Total	**(6.699)**

e) Receitas de Prestação de Serviços

Receita de Prestação de Serviços	31/12/2025
Receita como Agente Financeiro do FUNDES	11.521
Receita Supera Rio	734
Receita CrediTaxi	114
Receita FEMPO	2.880
Receita demais tarifas	370
Total	**15.619**

f) Despesa de Pessoal

Despesa de Pessoal	31/12/2025
Proventos	(26.835)
Encargos Sociais	(9.352)
Honorários de diretores e conselheiros	(2.146)
Benefícios	(7.526)
Treinamentos	(145)
Estagiários	(651)
Total	**(46.655)**

g) Outras Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas	31/12/2025
Despesa de Energia Elétrica	(277)
Despesa de Aluguéis	(34)
Despesa de Comunicação	(94)
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	(487)
Despesa com Materiais	(100)
Despesa Processamento de Dados	(4.993)
Despesa Promoções e Relações	(213)
Despesa de Propaganda e Publicações	(70)
Despesa de Seguros	(110)
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	(262)
Despesa com Serviço de Terceiros	(1.497)
Despesa Serviço de Vigilância	(102)
Despesa Serviço Técnico Especializado	(1.696)
Despesa de Transporte	(320)
Despesa com Viagens	(107)
Despesa com Emolumentos judiciais/cartorário	(534)
Despesa com Associações	(238)
Despesa com Condomínio	(670)
Outras Despesas Administrativas	(123)
Despesa com Depreciação e Amortização	(1.845)
Total	**(13.772)**

h) Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	31/12/2025
ISS	(387)
COFINS	(3.740)
PIS	(602)
Outros Impostos e Taxas	(206)
Total	**(4.935)**

Desde 2021 a AgeRio tem sido anualmente habilitada a patrocinar projetos culturais certificados pela Secretaria Municipal das Culturas (SMC) através de renúncia fiscal do ISS (Imposto Sobre Serviços). O limite de patrocínio da Agência foi estabelecido em R$ 24,2 (2025) pela SMC.

Após a habilitação e o contato com os projetos certificados, foi definido o patrocínio da Agência ao projeto de capacitação profissional "Mulheres Artesãs do Estácio", desenvolvido pelo Instituto Meta Educação. Voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade na região do Estácio (Rio de Janeiro), promove oficinas de artes plásticas e artesanato, buscando fortalecer a autoestima, autonomia e a geração de renda, além de incentivar práticas sustentáveis, com foco na reciclagem, no reaproveitamento de materiais e no consumo consciente.

O direcionamento dos recursos oriundos da renúncia fiscal foi efetuado pela AgeRio no exercício de 2025 totalizando o montante acima mencionado.

i) Despesas de Provisão para Contingências

Despesas de Provisão para Contingências	31/12/2025
Passivos Trabalhistas	(59)
Contingências Cíveis	(34)
Outras Contingências	(11)
Total	**(104)**

j) Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais	31/12/2025
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.284
Outras Rendas/Despesas Operacionais	375
Total	**1.659**

NOTA 15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração do imposto de renda e da contribuição social correntes

	31/12/2025 IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	16.611	16.611
(-) Participação nos lucros	(2.003)	(2.003)
(-) Juros sobre o Capital Próprio - JCP/Dividendos	(3.160)	(3.160)
Resultado após PLR e JCP/Dividendos	11.448	11.448
(+) Adições	13.878	13.878
(-) Exclusões	(25.326)	(25.326)
Resultado Líquido Ajustado	–	–
IR - 25% e CSLL - 20%	–	–
Total IR e CSLL	**–**	**–**
Ganho Tributário JCP	**790**	**632**

Em 2023 a AgeRio aderiu ao incentivo fiscal de apoio à inovação tecnológica previsto na Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem). A economia tributária apurada no exercício de 2025 foi de R$ 141.

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza e origem dos ativos fiscais diferidos

Diferenças temporárias	01/01/2025	Constituição (Realização)	31/12/2025
Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	7.292	(1.399)	5.892
Provisão para perdas adicionais associadas ao risco de crédito	6.098	(933)	5.165
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.602	(2.392)	4.211
Crédito em prejuízo	10.673	(550)	10.123
Total dos créditos tributários diferidos	**30.665**	**(5.274)**	**25.391**

O estudo técnico tributário tem sido realizado semestralmente e demonstrado a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos, nos termos previstos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

NOTA 16 - DERIVATIVOS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 17 - SEGUROS

Seguro	Vigência	Lim. Máx. de Indenização/ Garantia R$ mil
Bens Patrimoniais e Imóveis	25/02/2025 a 25/02/2026	6.350

Em 31 de Dezembro de 2025 a AgeRio mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 18 - LIMITES OPERACIONAIS

Os Limites Operacionais da AgeRio são reportados mensalmente ao Banco Central do Brasil através do documento 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais. A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução BCB nº 229/2022. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem padronizada, discriminada na Resolução BCB nº 356/2023.

A AgeRio não possui operações em carteira de negociação. A metodologia utilizada para cálculo do valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) é o ΔNII, conforme apontado no Art. 5° da CIRCULAR Nº 3.876, DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AgeRio se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	553.740
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	74.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	479.205
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	493.555
- RWA_{CPAD}	434.654
- RWA_{OPAD}	58.901
IRRBB	15.239
Limite para Imobilização (LI)	239.603
Situação para Limite de Imobilização	2.876
Índice de Imobilização (II)	0,60%
Índice de Basiléia (IB)	97,09%

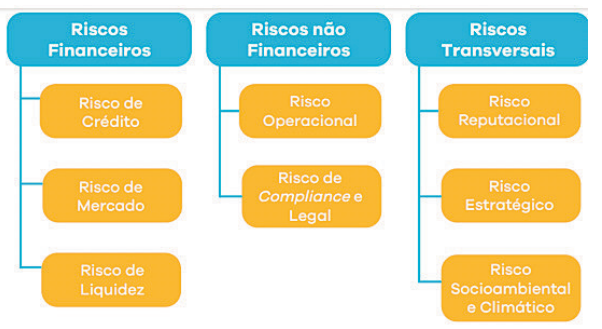
NOTA 19 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

I. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as práticas de mercado, além das recomendações dos supervisores e reguladores e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O processo gerenciamento de riscos é composto por papéis e responsabilidades distribuídos nos diferentes níveis hierárquicos da instituição, e conduzido pela Diretoria Executiva com o suporte do Chief Risk Officer (CRO), e tem o patrocínio do Conselho de Administração. O gerenciamento de riscos permite identificar e monitorar o nível de exposição aos riscos, de modo a mantê-los compatíveis com o apetite de risco da AGÊNCIA vislumbrando o cumprimento dos objetivos estratégicos espelhados no plano de metas dos negócios.

A AGÊNCIA está exposta a diferentes tipos de riscos inerentes às atividades de uma instituição financeira não bancária, sendo elencados a seguir:



Os principais riscos mensuráveis e quantificáveis, considerados relevantes para definição do apetite a riscos da AgeRio, em razão da magnitude e natureza das suas operações, são os riscos de crédito, liquidez e operacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O risco de crédito é tratado pela área de riscos corporativos nas metodologias de análise de risco de crédito e, também, pelo acompanhamento dos indicadores da carteira, dando transparência às informações sobre a situação da carteira de crédito. Além disso, são realizados pareceres técnicos pela área de análise de risco de crédito em cada operação de crédito e acompanhamento pelas áreas de acompanhamento e de cobrança que monitoram as garantias e os pagamentos realizados.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição. O risco de liquidez é mensurado de forma contínua através do indicador de liquidez da Agerio, e é tratado conforme o disposto no plano de contingência de liquidez.

c) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição. O gerenciamento de risco operacional é realizado pela área de Controle Interno em conjunto com todas as áreas da AgeRio. Todas as áreas podem informar através do e-mail de atendimento da área de Controle Interno e o acompanhamento é realizado pela respectiva área responsável através de ferramenta de acompanhamento de forma a entender o erro ocorrido, dar o tratamento, em conjunto com as áreas envolvidas, para que ele não ocorra novamente e tomar as devidas medidas quanto à responsabilização, caso necessárias. Além disso, são realizados testes periódicos dos sistemas da Agência pela área de TI.

II. Análise de Sensibilidade

Com base no disposto na Resolução BCB nº 2/2020, a AgeRio considera a análise de sensibilidade advinda do "Programa de Testes de Estresse" para avaliar as incertezas nas estimativas de ativos e passivos, cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. O Programa de Teste de Estresse da AgeRio, utiliza parâmetros para avaliar o impacto na liquidez e na carteira de crédito ativa da Instituição. Os resultados são demonstrados a seguir, para cada parâmetro e visam avaliar os impactos para o exercício de 2026:

Parâmetro I: Classificação de Risco das operações em carteira

Objetivo: Avaliar o impacto de deterioração da qualidade creditícia da carteira através de incrementos de atraso das operações em carteira.

Com base na posição de 31/12/2025, o total de provisionamento foi de R$ 40.887. Dessa forma, os resultados para o Parâmetro 1 do Teste de Estresse seriam:

	+30 dias de atraso de todas as operações da carteira	60 dias de atraso de todas as operações da carteira
Δ VLR. PROV ANEXO I	1.352	2.141
Δ VLR. PROV ANEXO II	6.022	23.027
Δ VLR PROV ART. 78(AP)	(367)	(1.159)
Δ VLR. PROV Perda Esperada	23.006	51.061
Δ Vlr. Provisão Total	**31.231**	**75.488**
Prejuízo*	278	1.537

**** Ao acrescentar 30 ou 60 dias de atraso, as operações que deveriam ser baixadas para prejuízo no mês seguinte ou 2 meses depois passariam a ter sido baixadas para prejuízo já em 12/2025.***

Parâmetro II: Recebimentos mensais dos 10 maiores Clientes - Concentração da carteira de Crédito

Objetivo: avaliar impacto no fluxo de caixa decorrentes de não pagamento por parte dos 10 maiores clientes da AgeRio.

Perdas	30%	60%	100%
Parcela	(10.022)	(20.044)	(33.406)
Principal	(3.589)	(7.179)	(11.965)
Juros	(6.257)	(12.514)	(20.857)

Parâmetro III: Recebimentos mensais - Carteira Ativa Total

Objetivo: Avaliar a perda de fluxo de caixa e de receita financeira para toda a carteira ativa.

O resultado do teste é mostrado a seguir:

Perdas	10%	20%	30%
Parcela	(9.767)	(19.535)	(29.302)
Principal	(6.305)	(12.610)	(18.915)
Juros	(3.361)	(6.722)	(10.083)

Parâmetro IV - Variações da taxa de Juros - SELIC

Objetivo: Impacto de variações na taxa de juros SELIC no retorno dos ativos

Foram realizados dois exercícios de projeção considerando os efeitos de cenários conjunturais sobre a valorização dos ativos de Tesouraria e de Crédito, bem como sobre os níveis de inadimplência da Carteira.

1 - O primeiro exercício considerou como premissa a variação isolada da Taxa Selic e seus impactos sobre as receitas de TVM e Receitas de financiamento, foram criados cenários com variação em termos de desvio padrão, evidenciando os impactos diretos nos ativos indexados à Selic.

2 - Para o segundo exercício considerou como premissa a variação em conjunto da Taxa Selic e do nível de atividade econômica, medido pelo IBC-Br dessazonalizado, e seus impactos sobre taxa de inadimplência e as receitas de Receitas de financiamento.

Com base na carteira e taxa de inadimplência da mesma data-base utilizada para o Plano Financeiro e Orçamentário, a saber, 30/11/2025, tais exercícios utilizaram séries históricas internas e conjunturais, bem como modelos de regressão.

Os resultados da análise de sensibilidade à taxa de juros SELIC e aos níveis de atividade econômica estão apresentados no quadro a seguir:

Choque de Taxas de juros no retorno dos Ativos e na inadimplência	Ocorrência 1º sem/26 Projetado	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Selic (Janeiro/2026)	15,00%				
IBC-Br dessazonalizada (Nov./2025)	110,90				
Sensibilidade Selic	**Base**	**(2dp)**	**(1dp)**	**1dp**	**2dp**
Receita de Financiamentos	**17.124.647**	**16.990.531**	**17.043.791**	**17.170.694**	**17.247.120**
Impacto	–	(134.116)	(80.855)	46.047	122.473
Receita de TVM	**22.242.394**	**20.674.603**	**21.459.536**	**23.021.993**	**23.796.381**
Impacto	–	(1.567.791)	(782.859)	779.599	1.553.987
Sensibilidade SELIC e IBC-Br	**Base**	**(2dp)**	**(1dp)**	**1dp**	**2dp**
Taxa de Inadimplência do Crédito	9,08%	8,99%	9,02%	9,07%	9,10%
Receita de Financiamentos	**17.124.647**	**17.112.719**	**17.131.338**	**17.209.865**	**17.258.128**
Impacto	–	(11.928)	6.691	85.219	133.481

DP= desvio-padrão da série histórica da SELIC de 5 anos.

IBC-Br = Índice de Atividade Econômica do Banco Central

NOTA 20 - CONTROLE INTERNO, CONFORMIDADE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

Sistema de Controles Internos e Conformidade

A AgeRio mantém a estrutura de conformidade alinhada às melhores práticas do mercado e exigências regulatórias. O ambiente de controles internos vem sendo continuamente aprimorado para assegurar que riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados de forma adequada e eficiente. A unidade gerencial dedicada atua de forma independente e imparcial, assegurando a integridade e eficácia dos processos internos.

Tecnologias e Ferramentas

Uso de tecnologias modernas para otimizar os controles e monitoramentos, que permitem um acompanhamento contínuo das atividades da instituição.

Processos de *Due Diligence*

As políticas "Conheça seu Cliente", "Conheça seu Empregado" e "Conheça seu Fornecedor", além de conterem procedimentos de análise de risco reputacional de terceiros periodicamente, são importantes para garantir que a empresa lide com partes idôneas e minimize os riscos associados a atividades ilícitas.

Treinamento Contínuo

A AgeRio investe continuamente em programas de capacitação para todos os níveis da organização, com foco em conformidade, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Os treinamentos abrangem todos os colaboradores, com conteúdos atualizados e instrutores qualificados.

Monitoramento e Comunicação com o COAF

O processo de monitoramento inclui a seleção e análise de operações suspeitas de LD/FT, além de eventual comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Este procedimento é realizado de maneira segregada e imparcial, garantindo que as transações que apresentem suspeita de irregularidade sejam devidamente analisadas.

Atualização e Revisão de Políticas

As políticas e procedimentos internos são revisados continuamente para assegurar que estejam sempre atualizados e alinhados com as melhores práticas do mercado e as exigências do ambiente regulatório. Este compromisso com a atualização garante que a instituição esteja sempre preparada para responder às mudanças regulatórias e desafios do setor.

Iniciativas de Sustentabilidade

Além das práticas de conformidade, a AgeRio se empenha em integrar princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas atividades. Campanhas como "Chuva de Solidariedade" e "AgeRio Sustentável" são exemplos do compromisso da instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Compromisso com a Melhoria Contínua

A AgeRio reconhece a importância de aprimorar continuamente seus sistemas e práticas e vem estudando e implementando novas ferramentas de automação para otimizar os processos internos e reduzir os tempos de resposta. Além disso, busca constantemente identificar oportunidades de melhoria e implementar soluções eficazes.

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é o acionista majoritário da AgeRio e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro é o acionista minoritário, conforme explanado na Nota 13a.

Os Juros sobre Capital Próprio, valor que engloba os dividendos mínimos obrigatórios, tem como principal beneficiário o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista majoritário, que tem por prática reverter estes recursos em novos aportes ao patrimônio líquido da agência.

A remuneração com os administradores no exercício de 2025, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R$ 2.592.

NOTA 22 - PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AgeRio possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

continua

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
0C02D756182847B

Docusign Envelope ID: 6F27DC8A-FE29-4CE2-8DA9-A9E5B8EE48C8

Esta edição foi publicada em nosso portal: odia.ig.com.br/balancos-e-editais Confira no QR-Code ao lado

continuação

AgeRio

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AgeRio são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 23 - RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL x RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE

A seguir, apresentamos os principais eventos não recorrentes que impactaram no Resultado Líquido dos exercícios:

	31/12/2025
RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL (A)	**9.334**
EVENTOS NÃO RECORRENTES (B)	**(1.262)**
RECEITAS	**372**
Atualização monetária PER/DCOMP	148
Restituição processos RFB	224
DESPESAS	**(1.634)**
Provisão Contingências Passivas	(104)
Encargos por descumprimento de prazos/obrigações	(30)
Reativação da licença SAP	(1.500)
RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE (A-B)	**10.596**

NOTA 24 - Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A AgeRio adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e ao final do exercício destinados como Reserva Especial de Lucros, conforme demonstrado na Nota 13b.

A tabela a seguir analisa o impacto, líquido de impostos, da transição para a Resolução CMN nº 4.966/21 nas reservas contabilizadas no patrimônio líquido:

Patrimônio Líquido	Impacto na adoção da Res. CMN nº 4.966/21 em 01/01/2025
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	**543.394**
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito* (i)	**(2.828)**
Stop Accrual - Diferença de 60 para 90 dias (ii)	**78**
Efeitos Tributários	**925**
Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025 (iii)	**541.569**

*Inclui perdas de operações de crédito e outros ativos (ativo) e créditos a liberar (passivo).

(i) Na adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 houve alteração nas apurações das perdas incorridas associadas ao risco de crédito, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99.

(ii) Até 31/12/2024 a apropriação de receita de juros relacionada a empréstimos e recebíveis de clientes cessa quando as operações atingem 60 dias de atraso, enquanto a partir de 01/01/2025 deverá cessar quanto atingir 90 dias de atraso (aplicado apenas para as operações não marcadas como ativo problemático).

(iii) No 2º semestre/2025 os ajustes referentes à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 foram complementados. Houve um ajuste adicional em perdas esperadas referente à recomposição de provisão por recuperação de prejuízo. Trata-se de operações que deveriam ter sido consideradas com 100% de provisão quando da adoção inicial da Res. CMN 4966, com reflexo também no Patrimônio Líquido da Agência. O montante do ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi -R$ 3.324 e nos efeitos tributários foi de R$ 1.496, que em conjunto com os montantes apresentados nas demonstrações contábeis de junho/2025, totalizam a movimentação apresentada no quadro acima.

NOTA 25 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em observância ao disposto na NBCTG 24 (R2), a AgeRio analisou os eventos subsequentes ocorridos entre 31 de Dezembro de 2025 e 23 de fevereiro de 2026, data de conclusão da elaboração das demonstrações financeiras, não havendo a ocorrência de qualquer fato que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações financeiras relativas a data-base de 31 de Dezembro de 2025.

Sérgio Gusman
Presidente

Fernanda Pereira Curdi
Diretoria de Suporte Operacional, Controladoria e Administração

Erika Elizabete de Oliveira S. Mattioli
Contadora – CRC/RJ 097576/O - CPF: 933.857.061-49

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (Re Comitê de Auditoria 16/2026) Segundo semestre de 2025

1. INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. **1.3 Composição:** Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento de modo permanente, será integrado por 3 (três) membros, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro. No exercício de 2025, a composição do Comitê de Auditoria da AgeRio passou por alterações motivadas por vacâncias, renúncia de membro e pela necessidade de adequação à exigência estatutária de que o colegiado conte com, no mínimo, um Conselheiro de Administração em sua composição, nos termos do §4º do art. 35 do Estatuto Social. Inicialmente, o Comitê foi integrado pelos Srs. Alexandre Wanzeller Casali, na qualidade de Membro Qualificado, e Marcelo Fiorini, na qualidade de Membro, ambos empossados em 23 de dezembro de 2024, conforme deliberação da 164ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 14 de agosto de 2024. À época, subsistia vacância no cargo de Presidente do Comitê, razão pela qual o Conselho de Administração, em sua 170ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2024, designou o Sr. Alexandre Wanzeller Casali para exercer a função de Presidente Interino do Comitê de Auditoria, bem como do Comitê de Elegibilidade e Remuneração. Considerando a vacância da Presidência e, sobretudo, a obrigatoriedade prevista no §4º do art. 35 do Estatuto Social da AgeRio, que determina a participação de, pelo menos, um Conselheiro de Administração na composição do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração, em sua 182ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2025, deliberou pela indicação do Sr. Francisco Ricardo Soares, Conselheiro de Administração, para assumir a Presidência dos Comitês. O indicado tomou posse em 08 de setembro de 2025, suprindo a vacância da Presidência e restabelecendo a conformidade estatutária da composição do colegiado. No decorrer do exercício, em 28 de julho de 2025, registrou-se a renúncia formal do Sr. Marcelo Fiorini ao cargo de Membro, gerando vacância na composição do Comitê. Posteriormente, para suprir essa vacância, o Conselho de Administração, na 187ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2025, deliberou pela indicação do Sr. Pedro José Maria Fernandes Wahmann, que tomou posse em 16 de dezembro de 2025 como Membro do Comitê de Auditoria. Assim, ao longo de 2025, o colegiado foi recomposto de forma contínua e tempestiva, garantindo a observância das normas estatutárias e a manutenção da regularidade de sua estrutura de governança. Até esta data, o Comitê de Auditoria da AgeRio é composto pelos seguintes membros, todos em exercício de seu primeiro mandato e detentores de experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com as atribuições de seus respectivos cargos: Francisco Ricardo Soares – Presidente do Comitê de Auditoria, empossado em 08 de setembro de 2025, na condição de Conselheiro de Administração indicado para cumprimento do §4º do art. 35 do Estatuto Social; Alexandre Wanzeller Casali – Membro Qualificado, empossado em 23 de dezembro de 2024; e Pedro José Maria Fernandes Wahmann – Membro, empossado em 16 de dezembro de 2025. **2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025:** O Comitê de Auditoria, sem prejuízos de outros encontros realizados pelo colegiado com as Unidades Gerenciais (UGs) da AGÊNCIA, reuniu-se ordinariamente 06 (seis) vezes no segundo semestre de 2025, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido, têm seus extratos publicados no site da AGÊNCIA, podendo ser consultadas sob esta forma pelo público em geral e pelo Conselho de Administração, sendo que este último pode ter acesso a qualquer tempo à íntegra das atas. **3. SOLICITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:** Em suma, no segundo semestre de 2025, o Comitê de Auditoria emitiu solicitações e recomendações às Unidades Gerenciais (UGs) e à Administração da instituição, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e o aprimoramento dos processos internos relacionados ao gerenciamento de riscos, à função de compliance, aos controles internos, à auditoria interna e à gestão econômico-financeira da instituição. Cumpre destacar, ainda, que as solicitações e recomendações foram tempestivamente encaminhadas aos gestores competentes, que realizaram a devida análise e tratativa. **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Pela avaliação da estrutura organizacional da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria tem verificado que a AgeRio vem adotando providências relevantes voltadas à gestão e implementação de políticas, procedimentos e sistemas para execução dos processos de controle interno, contabilidade, financeiro, administração de carteira, gestão de risco de crédito, gerenciamento de riscos corporativos e de alocação de capital adequados à natureza e à complexidade da instituição e dos seus negócios. Destaca-se que o Comitê de Auditoria analisou, dentre outros, os seguintes relatórios e documentos ao longo do semestre: Relatório de Gerenciamento de Risco da Carteira de Crédito (GRCC) que dispõe sobre o monitoramento dos principais indicadores de risco da carteira de crédito na data-base de junho de 2025; Revisão da Declaração de Apetite a Riscos (RAS) da AGÊNCIA; Relatório de Gestão Fiscal e Tributária, tendo como referência o ano de 2024; Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais – RIPD, tendo como referência as Operações de Tratamento de Dados em 2024; e Relatório de Canal de Denúncias referente ao 1º semestre de 2025. Sendo assim, verifica-se que o Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, desse modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. **5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** Em suas reuniões, que contam com a participação da Auditoria Interna da AGÊNCIA, no segundo semestre de 2025, o Comitê de Auditoria tem verificado que a AgeRio possui em sua estrutura uma Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. Ressalta-se que o Comitê de Auditoria analisou, dentre outros, os seguintes relatórios e documentos ao longo do semestre: Matriz de Monitoramento das Recomendações (data-base: junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2025), Relatório emitido pela Sacho – Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de dispositivos legais e regulamentares Nº 240/2025, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e Plano Anual de Atividades (PLANAT) da Auditoria Interna referente ao exercício de 2026. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de canais de comunicação eficazes. Quanto a Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** O Comitê de Auditoria verificou que a AGÊNCIA, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta, semestralmente, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê se reuniu com a Superintendente responsável pela Superintendência de Controladoria e analisou os procedimentos que envolveram o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras individuais do segundo semestre de 2025, as práticas contábeis adotadas no Brasil e utilizadas na instituição. As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas.**7. CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios (e demais documentos) recebidos da Diretoria Executiva e das áreas de Controladoria, Gestão Financeira, de Riscos Corporativos, de Controle Interno, Conformidade e Programa de Integridade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como, baseando-se ainda nas projeções de capital e liquidez da instituição, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Por fim, analisados os fatos ocorridos entre a data do balanço (31/12/2025) e a data de emissão do relatório, este Comitê verifica que não houve eventos subsequentes relevantes que demandassem ajustes adicionais ou divulgações suplementares além das já constantes na Nota 25 das Demonstrações Financeiras. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras individuais referentes ao segundo semestre de 2025, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração.

Rio de Janeiro,18 de março de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA:

Alexandre Wanzeller Casali (Membro Qualificado) – **Pedro José Maria Fernandes Wahmann** (Membro)

Francisco Ricardo Soares (Presidente)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Acionistas e Administradores da
Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGERIO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2b e 24, onde descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da AGERIO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.- AGERIO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGERIO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGERIO. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGERIO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES - CRC - 2SP 017.676/O-8
CNAI PJ - 000155
HUGO FRANCISCO SACHO - CRC - 1SP 124.067/O-1

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
0C02D756182847B...

Docusign Envelope ID: 6F27DC8A-FE29-4CE2-8DA9-A9E5B8EE48C8

Esta edição foi publicada em nosso portal: odia.ig.com.br/balancos-e-editais Confira no QR-Code ao lado

Hopi Hari S/A

CNPJ - 00.924.432/0001-99 - NIRE: 35300143515

Demonstrativos Contábeis - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Srs Acionistas: Em conformidade com as normas legais e estatutárias submetemos à sua apreciação o Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2025 bem como as demais demonstrações financeiras. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

	2025	2024
Ativo/circulante		
Disponível	3.013	7.246
Contas a receber	14.810	15.190
Estoques	1.342	978
Despesas antecipadas	629	551
Outros créditos	2.382	8.326
Outros créditos bloqueio judicial	61	61
Total circulante	**22.237**	**32.352**
Não circulante		
Prov. Conting. Trabalhistas(híbridas)	8.513	8.513
Irpj/csll diferido	23.707	24.885
Depósitos judiciais	328	308
Imobilizado	222.190	220.486
Intangível	1.475	1.131
Total não circulante	**256.213**	**255.323**
Total do ativo	**278.450**	**287.675**

	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	4.823	4.148
Empréstimos e financiamentos	3.979	4.822
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.084	6.391
Obrigações tributárias	18.704	14.325
Serviços a prestar	6.463	7.056
Outras contas a pagar	1.115	607
Total circulante	**41.168**	**37.349**
Não circulante		
Prov. Irpj/csll diferido	23.707	24.885
Outras obrigações	4.975	3.503
Recuperação judicial	523.453	512.457
Outras obrigações trab.	8.511	8.511
Parcelamentos icms/receita/pgfn/prefeitura	121.852	123.941
Total não circulante	**682.498**	**673.297**
Patrimônio líquido		
Capital social	300.165	300.165
Capital social a integralizar	(48)	(48)
Adiantamento futuro aumento de capital	20.000	–
Prejuízos acumulados	(765.333)	(723.088)
Total patrimônio líquido	**(445.216)**	**(422.971)**
Total do passivo e patrimônio	**278.450**	**287.675**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2025	2024
Receita operacional		
Receita de vendas e serviços prestados	233.968	190.251
(–) Custo dos produtos vendidos	(22.094)	(106.670)
Lucro bruto/prejuízo	211.874	83.581
(–) **Despesas operacionais**		
Administrativas e gerais	(174.083)	(47.769)
Despesas com vendas	(36.901)	(3.670)
Outras receitas (despesas) operacionais	796	7.514
Resultado operacional	**1.686**	**39.656**
Receitas financeiras	2.554	903
Despesas financeiras	(42.078)	(84.753)
Outras receitas não operacionais	1.889	367.162
Ajuste de recuperação judicial	2.463	–
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(33.486)**	**322.968**
(–) Provisão IRPJ e CSLL	–	–
Resultado líquido do exercício	**(33.486)**	**322.968**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	Capital Social a Integralizar	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	**285.105**	**15.012**	**–**	**(1.175.006)**	**(874.889)**
Aumento de capital social	15.060	(15.012)	–	–	**48**
Capital social a integralizar	–	–	**(48)**	–	**(48)**
Ajustes de períodos anteriores	–	–	–	128.950	**128.950**
Lucro do exercício	–	–	–	322.968	**322.968**
Saldo em 31/12/2024	**300.165**	**–**	**(48)**	**(723.088)**	**(422.971)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	20.000	–	–	20.000
Ajustes de períodos anteriores	–	–	–	(8.759)	(8.759)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(33.486)	(33.486)
Saldo em 31/12/2025	**300.165**	**20.000**	**(48)**	**(765.333)**	**(445.216)**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: O Hopi Hari S/A ("Companhia"), constituído em 14 de agosto de 1995, é uma sociedade anônima, que tem por objeto social a exploração de parques de diversões, centros de recreação, boliches, brinquedos eletrônicos e ramo de diversões públicas em todas as suas modalidades, como shows, eventos promocionais, áreas de lazer, além de outras atividades relacionadas. O empreendimento está localizado em Vinhedo-SP. Em 24/08/2016 foi feito o pedido de recuperação judicial da companhia através do processo nº 1002265-62.2016.8.26.0659, sendo que o mesmo foi aprovado e homologado dia 09/02/2022 através do 5º aditivo, no qual previa a incorporação da companhia HH Consultoria e Gestão Empresarial S/A sendo que esta incorporação foi arquivado na JUCESP dia 24/03/2022. Tendo em vista a incorporação o capital social da companhia passou para R$ 275.105, sendo 6.182.736.696 (seis bilhões e cento e oitenta e dois milhões e setecentos e trinta e seis mil e seiscentos e noventa e seis) ações ordinárias, e 281.518.889 (duzentos e oitenta e um milhões e quinhentos e dezoito mil e oitocentos e oitenta e nove) ações preferências, todas escriturais e sem valor nominal, sendo extinta a incorporada. Em 22/06/2023 o capital social da companhia foi alterado passando para R$ 285.105 (milhares de reais), com 6.473.429.898 ações. Em 23/04/2024 o capital social foi alterado para R$ 300.165 (milhares de reais) dividido em 6.487.246.108 sendo que o valor de R$ 48 (milhares de reais) ainda não foi integralizado. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Todos os itens das demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados em reais, que é a moeda funcional da empresa, e estão demonstradas em milhares de real. **3. Ativo Circulante e Não Circulante: 3.1. Disponibilidades:** As disponibilidades representa o capital disponível que a companhia possui para pagamento das suas despesas e investimentos em caixa e bancos. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de ingressos, contratos de patrocínios e locação de espaços. A maioria do contas a receber é administrado por empresas de cartões de crédito com vencimento D+30. As contas a receber de clientes são, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação. **3.3. Estoques:** Os estoques, estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o valor de venda estimado no curso normal de negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.4. Despesas antecipadas:** Os valores registrados nestas contas representam pagamentos antecipados e provisões ainda não incorridos, sendo que as despesas serão reconhecidas em períodos posteriores ao encerramento do exercício. **3.5. Outros créditos:** Os valores lançados nesta conta representa os pagamentos feitos a adiantamento a terceiros, adiantamento a fornecedores, adiantamentos a funcionários, impostos a recuperar, importações em andamento, adiantamento para despesas diversas e IRPJ/CSLL estimativa, e valores pagos para partes relacionadas (subsidiárias). **3.6. IRPJ/CSLL diferido:** Representam os valores a serem compensados, calculados com base em prejuízos passados para compensação futura, na realização dos ajustes de avaliação patrimonial dos exercícios subsequentes. **3.7. Provisões de Contingências Trabalhistas:** As provisões de contingências trabalhistas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessário para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Estas provisões foram feitas como despesas futuras, figurando no ativo, caso algum dos credores venham a pleitear tais valores serão classificados no resultado do exercício, e serão amortizados ou seja realizadas à medida que os mesmos seja definidos através dos processos trabalhistas impetrado pelos credores. **3.8. Depósitos Judiciais:** Representa os valores pagos e bloqueios judiciais, pelo qual a companhia utiliza para defesas nos seus processos judiciais. **3.9. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data da transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção dos itens e também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e equipamentos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação das receitas com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.10. Intangível:** Refere-se a custos para registro de marcas e patentes e licenças de softwares. As aquisições são demonstradas, inicialmente pelo custo histórico. A amortização de software é calculada pelo método linear para alocar ao custo, durante sua vida útil estimada. **Passivo Circulante e Não Circulante: 4. Passivo Circulante: 4.1. Fornecedores:** Os saldos a pagar a fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Elas são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. O prazo médio de pagamento de fornecedores é de D+30 dias. **4.2. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente os empréstimos são apresentados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. **4.3. Obrigações trabalhistas:** Estes valores representam os saldos a pagar nos meses subsequentes, aos funcionários e colaborados, e também os encargos incidentes sobre estes pagamentos, inclusive as retenções tributárias sobre estes pagamentos. **4.4. Obrigações tributárias:** O saldo desta conta representam os saldos a pagar nos meses subsequentes, de tributos federais estaduais e municipais, inclusive as retenções tributárias ocorridas sobre os serviços prestados por terceiros. **4.5. Serviços a prestar:** Referem-se aos passaportes vendidos, cuja visitação ao parque ainda não ocorreu e também aos adiantamentos recebidos por conta de concessão de exclusividade de patrocínio da marca e fornecimento de produtos por terceiros na área do empreendimento. Os adiantamentos são apropriados mensalmente ao resultado de acordo com o prazo de vigência de cada contrato. **4.6. Outras contas a pagar:** Os valores desta conta representam despesas com energia elétrica e seguros, que foram apropriados contabilmente no mês de competência e ainda não pagos. **Passivo não circulante: 4.7. Provisão IRPJ/CSLL diferido:** As provisões de IRPJ/CSLL, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões de IRPJ/CSLL, foram efetuadas em exercícios anteriores, com base no ajuste de avaliação patrimonial. Tais provisões são amortizadas à medida que os ajustes de avaliação patrimonial é realizada, através das despesas de depreciações. Caso a realização seja superior ao valor compensado do ativo diferido, tal diferença será transferida para a provisão de IRPJ/CSLL a pagar, constituindo uma despesa que será lançada no resultado de cada exercício. **4.8. Outras obrigações:** Representa os empréstimos tomados de terceiros para alavancar os negócios do parque das empresas Alfa Empreendimentos e IG/Corktre. **4.9. Recuperação Judicial:** Em 24/08/2016 foi feito o pedido de recuperação judicial da companhia, através do processo de nº 1002265-62.2016.8.26.0659. Sendo que o mesmo só foi aprovado e homologado dia 09/02/2022 através do 5º aditivo. As formas e condições de pagamento, encontram-se formalizada neste aditivo. A classificação destes credores e os valores foram definidos conforme descrito abaixo: **Credores Trabalhistas**: São os detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho. **Créditos com garantia Real:** São os detentores de créditos derivados de empréstimos financeiros representando o BNDS e SLW, cuja dívida está garantida com os imóveis e atrações. **Créditos quirografários**: São os detentores de créditos derivados de fornecimento de mercadorias e serviços. **Créditos subquirografários:** São os detentores de créditos cujos credores são micro empresas e pequenas empresas, proveniente ao fornecimento de mercadorias e serviços. **4.10. Outras Obrigações Trabalhistas:** Os valores desta conta representa as provisões das contingências trabalhistas ainda não requeridas pelos credores e serão pagos a medida que os mesmos sejam definidos através de processos a serem impetrados pelos credores. **4.11. Parcelamento ICMS/RECEITA/PGFN/PREFEITURA:** Representa o parcelamento junto ao estado/Receita/PGFN/Prefeitura, figurando no não circulante em razão das parcelas terem vencimento superiores a 12 meses. **5. Patrimônio liquido: 5.1. Capital social:** O capital social realizado é de R$ 300.165 (milhares de reais), integralizado parcialmente, e está representado por 6.487.246.108 ações ordinárias e preferências, sendo que o valor de R$ 48 (milhares de reais) ainda não foi integralizado. **5.2. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Representa os valores de investimentos efetuado pelos acionistas os mesmos reverterão para o capital social após a alteração contratual. **6. Demonstração do Resultado do Exercício: a) Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são classificadas conforme segue: **Venda de produtos, mercadorias e serviços:** A receita é reconhecida pela emissão de nota fiscal ou cupom fiscal, no momento em que os produtos ou mercadorias são entregues aos clientes. **Venda de passaportes:** A receita com venda de passaportes é reconhecida quando do acesso do visitante ao parque, pelo sistema de emissão de passaportes e os registros de acessos nas catracas, ou mediante o prazo de expiração do passaporte, sem sua respectiva utilização. **Venda de Patrocínio:** A receita decorrente de patrocínio e venda de espaço para ativação das marcas é reconhecida no resultado do exercício de modo linear de acordo com o tempo e o prazo de vigência de cada contrato. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. **Receita locação de espaço:** Representa os valores recebidos do estacionamento de veículos. **Receita de Bonificações:** Representa as bonificações recebidas dos fornecedores proveniente de compra de produtos. **b) Custo dos produtos vendido, dos serviços prestados e despesas operacionais:** São reconhecidos pelo regime de competência. **c) Despesas financeiras:** Representa as atualizações de juros sobre créditos da divida da concordata e impostos Federais, estaduais e municipais alem das despesas bancária. **d) Outras Receitas Não operacionais:** Representa os descontos obtidos na transação tributária e tambem os descontos obtidos junto a prefeitura de tributos extintos por conta das ações impetradas pela Companhia. **e) Ajuste de Recuperação Judicial:** Representa o ajuste de enrada de novos credores conforme demonstrativo da AJ.

DIRETORIA

Maximilian Strand Bueno de Moraes — Andre Eduardo Dantas

CONTADOR

Milton Marques Ferraz

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO - ECEME

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2026 - UASG 160313

Nº Processo: 64498.001690/2025. Objeto: Serviço de limpeza e conservação. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 27/03/2026 das09h00 às 16h00. Endereço: Praca Gen. Tiburcio, N. 125 - Praia Vermelha, Urca - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160313-5-90001-2026. Entrega das Propostas: a partir de 27/03/2026 às 09h00 nosite www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 14/04/2026 às 10h00 nosite www.gov.br/compras.

JOAO PAULO DE VASCONCELLOS ACCIOLI DA SILVA
Ordenador de Despesas
(SIASGnet - 26/03/2026) 160313-00001-2026NE000001

HH Participações S/A

CNPJ - 10.727.095/0001-01 - NIRE: 3530036590-9

Demonstrativos Contábeis - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Srs Acionistas: Em conformidade com as normas legais e estatutárias submetemos à sua apreciação o Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2025 bem como as demais demonstrações financeiras. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

	2025	2024
Ativo		
Ativo circulante		
Disponível	–	–
Total do circulante	–	–
Ativo não circulante	–	–
Investimentos em participações societárias	25.056	25.056
(–) Equivalência patrimonial	(25.056)	(25.056)
Adiantamento para investimentos em participações societárias	20.000	–
Total do ativo não circulante	20.000	–
Total do ativo	20.000	–

	2025	2024
Passivo		
Passivo circulante		
Partes relacionadas	7	6
Impostos a recolher	–	–
Total do passivo circulante	7	6
Passivo não circulante		
Provisões contingências em investimento HH	425.223	422.978
Total do passivo não circulante	**425.223**	**422.978**
Patrimônio líquido		
Capital social	25.123	25.076
Capital social a integralizar	(48)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	
Prejuízos acumulados	(450.305)	(448.059)
Total do patrimônio líquido	**(405.230)**	**(422.984)**
Total do passivo	20.000	–

Demonstração do Resultado do Exercício

	2025	2024
Receita operacional	–	–
(–)Despesas operacionais		
Provisões Perdas em investimentos	–	–
(–) Despesas financeiras	(1)	(2)
(+) Receitas financeiras	–	–
(+) Outras receitas não operacionais	1	–
(–) Outras despesas operacionais	–	(1)
(+) Reversão prov. de perdas em investimentos	–	436.903
(–) Provisão perdas em investimentos HH	(2.246)	–
Resultado equiv. patrimonial	–	(15.012)
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	**(2.246)**	**421.888**
Resultado líquido do exercício lucro/prejuízo	**(2.246)**	**421.888**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	31/12/2025				
Patrimônio líquido	**Capital Social**	**Capital Social a integralizar**	**Adiantamento para Futuro Aumento Capital**	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	**Total do Patrimônio Líquido**
Saldo em 31/12/2023	**25.123**	**(48)**	**–**	**(869.947)**	**(844.872)**
Cancelamento ações aumento de capital	**(48)**	**48**	**–**	**–**	**–**
Aumento do capital social	–	–	–	–	–
Capital social a integralizar	–	–	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	421.888	421.888
Saldo em 31/12/2024	**25.076**	**–**	**–**	**(448.059)**	**(422.983)**
Capital social a integralizar	**–**	**(48)**	**–**	**–**	**(48)**
Aumento do capital social	**48**	**–**	**–**	**–**	**48**
Adiantamento para futuro aumento capital	**–**	**–**	**20.000**	**–**	**20.000**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(2.246)	(2.246)
Saldo em 31/12/2025	**25.123**	**(48)**	**20.000,00**	**(450.305)**	**405.230**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

Ativo Circulante e Não Circulante

1. Contexto Operacional: A Companhia HH Participações S/A, é uma companhia de capital fechado, e sua atividade é investir em outras companhias, e a origem dos seus recursos são provenientes dos seus acionistas. A Companhia tem sua sede em Vinhedo, SP. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Todos os itens das demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados em reais, que é a moeda funcional da empresa, e estão demonstradas em milhares de real. **3. Investimentos:** São os investimentos feito na sua subsidiária HH Parques Temáticos S/A. O total do investimento está zero, tem em vista que o patrimônio líquido da subsidiária esta negativo. Devido este fato foi feito a Provisão de perdas de investimento que figura no passivo. Estes investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Adiantamento para Investimento em Participações societárias representa os valores que os acionistas aportaram na HH Parque Temático para aumento de capital. **Passivo Circulante e Não Circulante. 4. Outras Obrigações:** a) Partes relacionadas: Representa o valor que a companhia deve para sua subsidiária tendo em vista esta ter pago despesas da companhia. b) Impostos a Recolher: Representa dívida que a companhia tem junto à Receita Federal. **Passivo Não Circulante: 5. Provisões de contingencias em investimento HH:** Representa as perdas em investimentos na companhia HH Parques Temáticos avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **Patrimônio Líquido: 6. Capital Social:** Em 21/03/2023 foi cancelada 7.751.937 ações tendo em vista que as mesmas não foram integralizadas passando o capital da companhia para R$ 10.063 (milhares de reais). Em 17/10/2023 foi alterado o capital social da companhia para R$ 25.123 (milhares de reais) , sendo que as Acionistas Brooklyn e Adprompt, integralizaram 15.000 (milhares de reais) e José David R$ 12 (milhares de reais), ficando R$ 48 (milhares de reais) a ser integralizado pelo acionista José luiz Abdalla. Com este cancelamento e aumento de capital as ações da Companhia passaram para 58.657.568. Em 23/04/2024 o capital Social da Companhia passou para R$ 25.076 (milhares de reais), tendo em vista a não integralização de R$48 (milhares de reais) pelo acionista José Luiz Abdala, passando as ações para 58.262.494. Em 11/03/2025 foi feito Ata de Rerratificação passando o capital para R$ 25.123 (milhares de reais) sendo que R$ 48 (milhares de reais) ainda não foi integralizado pelos acionistas, passando o número de ações para 58.426.080.

Vinhedo, SP, 31 de dezembro de 2025

DIRETORIA

Maximilian Strand Bueno de Moraes — Andre Eduardo Dantas

CONTADOR

Milton Marques Ferraz

HH Parques Temáticos S/A

CNPJ - 10.620.394/0001-34 - NIRE: 35300365712

Demonstrativos Contábeis - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Srs Acionistas: Em conformidade com as normas legais e estatutárias submetemos à sua apreciação o Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2025 bem como as demais demonstrações financeiras. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

	2025	2024
Ativo		
Ativo circulante		
Disponível	–	–
Total do circulante	–	–
Ativo não circulante		
Investimentos	25.012	25.012
(–) Equivalência patrimonial	(25.012)	(25.012)
Adiantamento para investimento em participações	20.000	–
Total do ativo não circulante	20.000	–
Total do ativo	20.000	–

	2024	2024
Passivo		
Passivo circulante		
Partes relacionadas	7	6
Impostos a recolher	–	–
Total do passivo circulante	7	6
Passivo não circulante		
Provisões contingências em investimento HH	445.216	422.971
Total do passivo não circulante	**445.216**	**422.971**
Patrimônio líquido		
Capital social	25.103	25.103
Capital social a integralizar	(48)	(48)
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	–
Prejuízos acumulados	(470.278)	(448.032)
Total do patrimônio líquido	**(425.223)**	**(422.977)**
Total do passivo	20.000	–

Demonstração do Resultado do Exercício

	2025	2024
Receita operacional	–	–
(–) **Despesas operacionais**		
(–) Despesas financeiras	**(1)**	**(2)**
(–) Provisões perdas em investimentos	(22.245)	–
(–) Resultado de equiv. patrimonial	–	(15.012)
(–) Outras despesas operacionais	–	(1)
(+) Reversão prov. de perdas em investimentos	–	451.918
Resultado do exercício antes do irpj/csll	(22.246)	436.903
Resultado líquido do exercício lucro/prejuízo	**(22.246)**	**436.903**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	31/12/2025				
Patrimônio Líquido	**Capital social**	**Capital social a integralizar**	**Adiantamento para futuro aumento capital**	**Lucros ou prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 31/12/2023	**10.043**	**–**	**15.012**	**(884.935)**	**(859.880)**
Aumento do capital social	15.060	–	(15.012)	–	48
Capital social a integralizar	–	(48)	–	–	(48)
Lucro do exercício	–	–	–	436.903	436.903
Saldo em 31/12/2024	**25.103**	**(48)**	**–**	**(448.032)**	**(422.977)**
Adiantamento futuro aumento de capital	–	–	20.000	–	20.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(22.246)	(22.246)
Saldo em 31/12/2025	**25.103**	**(48)**	**20.000**	**(470.278)**	**(425.223)**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Companhia HH Parques Temáticos S/A, é uma subsidiária da Companhia HH Participações S/A, e sua sede é em Vinhedo SP. Esta companhia não possui faturamento, sendo que a origem dos seus recursos vem dos acionistas sendo esta companhia uma Sociedade Anônima Fechada. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Todos os itens das demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados em reais, que é a moeda funcional da empresa, e estão demonstradas em milhares de real. **3. Investimentos:** São os investimentos feitos na subsidiária Hopi Hari S/A. Tendo em vista que o patrimônio líquido da subsidiária é negativo estes investimento são zerados, mas é constituído no passivo provisão das perdas em investimentos. Estes investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Adiantamento para Investimento em Participações societárias representa os valores que os acionistas aportaram no Hopi Hari para aumento de capital. **Passivo Circulante e Não Circulante: 4. Outras Obrigações:** a) Partes Relacionadas: Representa os valores que a companhia deve para a subsidiária Hopi Hari por ter sido pago despesa. b) Impostos a Recolher: Representa dívida que a companhia tem junto à Receita Federal. **Passivo Não Circulante: 5. Provisões de contingências em investimento HH:** Representa as perdas no investimento na companhia Hopi Hari avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Patrimônio Líquido: **6. Capital Social:** Em 21/03/2023 os acionistas cancelaram 2.898.550 ações tendo em vista que as mesmas não foram integralizadas passando o capital a ter o valor de R$ 10.043 (em milhares de reais) equivalentes a 8.739.253 ações ordinárias todas sem valor nominal, detidas pela única acionista HH Participações S/A. Adiantamento para aumento de capital no valor de R$ 15.012 (milhares de reais), representa o aporte que os acionista fizeram para investimento na companhia Hopi Hari e que foram integralizadas em 23/04/2024. Em 23/04/2024 o capital da Companhia foi alterado para R$ 25.103 (milhares de reais) com 21.835.091 ações sendo que o valor de R$ 48 (milhares de reais) ainda não foi integralizado, Vinhedo, SP, 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA

Maximilian Strand Bueno de Moraes — Andre Eduardo Dantas

CONTADOR

Milton Marques Ferraz

Assinado por:
Deuscimara Teixeira de Mendonça
0C02D756182847B...